

**Organizadores:**

Cícero de Sousa Lacerda

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Jader Rodrigues de Carvalho Rocha

Hercilio de Medeiros Sousa

# Deficiências diversas: A inclusão no contexto escolar

Cícero de Sousa Lacerda  
Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha  
Jader Rodrigues de Carvalho Rocha  
Hercílio de Medeiros Sousa  
(Organizadores)

**DEFICIÊNCIAS DIVERSAS:  
a inclusão no contexto escolar**

Editora IESP

2019



**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA**

DIRETORA GERAL

Érika Marques

DIRETORA ACADÊMICA

Iany Barros

DIRETOR

Richard Euler Dantas de Sousa

ADMINISTRATIVO

EDITORES

Cícero de Sousa Lacerda

Hercílio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcanti

Josemary M. Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

CORPO EDITORIAL

Hercílio de Medeiros Sousa - Computação

José Carlos Ferreira da Luz - Direito

Luciane de Albuquerque Sá de Souza - Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho - Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas - Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos - Ed. Física

Thiago Bizerra Fideles - Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho - Mídias Digitais

Thyago Henriques de Freire - Ciências Contábeis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)**

D313 Deficiências diversas: a inclusão no contexto escolar [recurso eletrônico] / organizadores, Cícero de Sousa Lacerda, Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha, Jader Rodrigues de Carvalho Rocha, Hercílio de Medeiros Sousa. - Cabedelo, PB: Editora IESP, 2019.  
98 p.

Formato: E-book

Modo de Acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-5597-115-0

1. Educação pública. 2. Deficiente visual - Inclusão. 3. Escola pública – Processo de ensino aprendizagem. 4. Autismo – Aprendizagem escolar. 5. Inclusão social. I. Lacerda, Cícero de Sousa. II. Rocha, Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho. III. Jäder Rodrigues de Carvalho Rocha, IV.Hercílio de Medeiros.

**DEFICIÊNCIAS DIVERSAS:  
a inclusão no contexto escolar**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
CAPÍTULO I - A DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR.....	6
<i>Leovaldo Moreira</i>	
<i>Jader Rodrigues de Carvalho Rocha</i>	
<i>Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha</i>	
CAPÍTULO II - A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA PÚBLICA .....	23
<i>Simone da Silva Fernandes</i>	
<i>Jader Rodrigues de Carvalho Rocha</i>	
<i>Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti</i>	
<i>Hercílio Medeiros de Sousa</i>	
CAPÍTULO III - A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS .....	37
<i>Elaine Cristina de Brito Moreira</i>	
<i>Wellington Cavalcanti de Araújo</i>	
<i>Cícero de Sousa Lacerda</i>	
CAPÍTULO IV - A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL .....	53
<i>Cícero de Sousa Lacerda</i>	
<i>Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha</i>	
<i>Wellington Cavalcanti de Araújo</i>	
CAPÍTULO V - PRATICANDO O LÚDICO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT DE ATENÇÃO .....	68
<i>Lucilene Alves Coutinho</i>	
<i>Cícero de Souza Lacerda</i>	
<i>Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti</i>	
<i>Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona</i>	
CAPÍTULO VI - AUTISMO: DESAFIOS NA APRENDIZAGEM ESCOLAR .....	87
<i>Elaine Cristina de Brito Moreira</i>	
<i>Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti</i>	
<i>Cícero de Sousa Lacerda</i>	
<i>Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona</i>	

## **APRESENTAÇÃO**

Sob o título Deficiências diversas: Perspectivas de inclusão no contexto escolar, a presente obra apresenta-se com o objetivo de retratar e contextualizar os mais variados tipos de deficiências e sua relação aluno e escola, de forma a buscar perspectivas que favoreçam a inclusão das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

Organizada por Cícero de Sousa de Lacerda, Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti, Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha e Hercílio de Medeiros Sousa, trata-se de uma estratégia de trazer em apenas uma obra a conquista de múltiplos olhares para uma realidade clara e presente no dia-a-dia escolar que é a convivência de pessoas que apresentam alguma necessidade de atenção especial devido apresentar um tipo específico de deficiências em detrimento do atendimento coletivo de pessoas que não possuem o mesmo tipo de necessidade, conhecido assim por todos como inclusão social.

A escola é para enxergada como um espaço de aquisição de conhecimentos e lugar apropriado para realizarmos uma tarefa complexa, intrigante e questionadora de incluir e realizar. Contudo cada sala de aula apresenta-se como um universo diferente e cada aluno tem sua forma de absorver e construir conhecimento. Diante dessa perspectiva o educador precisa estar preparado para tratar com as diferenças e saber aproveitá-las como ferramenta adequada para facilitar o processo ensino aprendizagem de todo e qualquer indivíduo que assim deseje e necessite.

As perspectivas de inclusão na educação favorecem o acesso de todos ao saber e minimiza as barreiras para aprendizagem, envolvendo todos os alunos no processo de crescimento e desenvolvimento que culminam no processo de ensino aprendizagem de acordo com suas particularidades e peculiaridades.

Boa leitura!!!!

Os organizadores

Cabedelo, setembro de 2019

# CAPÍTULO I

## A DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

*Leovaldo Moreira  
Jader Rodrigues de Carvalho Rocha  
Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha*

### 1 INTRODUÇÃO

Pensar na inclusão é aproximar o direito de igualdade a todos às crianças conforme a legalidade social escolar. Respeita as diferenças e garantir o acesso o diverso âmbito social promovendo nas crianças o desenvolvimento pleno do cidadão. Partindo desse pressuposto a escola torna-se o espaço mais próximo das possibilidades de interação e socialização dos saberes pedagógicos. A escola é sem dúvida a instituição que possivelmente viabiliza o direito ao conhecimento. Como afirma o saudoso Nelson Mandela. “A Educação é a arma mais poderosa da humanidade”.

Percebemos que atualmente muitas são as políticas públicas volta à inclusão escolar. Notamos que muito ainda precisa ser feito na tentativa de minimizar o preconceito e os rótulos colocados nos alunos especiais. Entre as diversas características destacamos a deficiência visual como uma da deficiência que mais destacou se na pesquisa deste trabalho.

Este artigo tem como função apresentar conceitos e definições sobre o deficiente visual no âmbito escolar, observando os principais aspectos e desenvolvimento do aluno em sala de aula. Diante dessa perspectiva, tem-se o intuito de apresentar concepções sobre alguns aspectos do processo educacional do aluno com deficiência visual, através de conceitos de pesquisas bibliográficas e de definições de algumas estruturas básicas que se faz necessário para que o aluno possa sentir-se inserido no meio escolar.

A abordagem do tema o deficiente visual no âmbito escolar, é sem dúvida o interesse de conhecer o aluno com deficiência, seus desafios e conquistas através do seu dia a dia escolar, tanto para o professor quanto para o aluno. Além do mais, a partir do referido tema é possível perceber como é importante termos conhecimentos adquiridos para saber lidar com a diversidade do aluno, no entanto sabendo que desafios como esses, encontramos frequentemente no meio escolar.

No entanto a educação é feita de paradigmas, ou seja, modos de conceber e compreender a realidade. Atualmente, o mais novo paradigma educacional é a inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos aos alunos. Nasceu para se contrapor ao paradigma da exclusão escolar, em que alguns alunos eram segregados da escola regular por apresentarem características diferentes das esperadas pela instituição escolar.

Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos os alunos não devem mais ficar de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum.

O princípio fundamental desta política é que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, tanto físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular. (BRASIL, 2001) A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares, para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um status privilegiado que deva ser conquistado. (SASSAK, 1997, P. 18)

É definido no discurso atual que as escolas com propostas inclusivas e devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações, organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola, novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

Para melhor compreensão do deficiente visual o presente artigo apresenta a estrutura básica mediante apresentados a seguir: Inicialmente, abordaremos o conceito e história do deficiente visual, quais são as dificuldades enfrentadas ao aluno com deficiência, as leis que existe quanto ao deficiente, e habilidades com o mesmo. Em seguida, abordaremos quais são as dificuldades encontradas na escola, como é estar com um deficiente visual sem preparação profissional, iremos discutir no decorrer da discussão, o desenvolvimento da aprendizagem com um aluno que é portador visual, quais são as metodologias com o aluno? Como repassar os conteúdos para ser compreendidos e executados pelo o aluno e como inserir o deficiente visual na escolar regular.

## **2 DISCUTINDO A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, COMO INSERIR O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL?**

A escola deve adequar-se a esses novos ares, e, dentro de um ambiente inclusivo, propiciar aos alunos o acesso ao conhecimento de forma plena, fazendo a ponte entre o estudante e o conhecimento, preocupando-se antes de tudo em oferecer ensino de qualidade.

Segundo Mantoan (2002), O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é sem dúvida a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

Na citação supracitada a escola inclusiva não pode deixar de fora nenhum indivíduo que faça parte da diversidade de pessoas que compõem hoje a humanidade, pois todos podem e devem fazer parte dela. Porém, devemos considerar que, como afirma Martins ETAL (2006. p.102) “A escola é um espaço contraditório, apresentando tanto práticas de discriminação como de conscientização”.

Nesse contexto, poderia ser criado nas escolas regulares um ambiente que favorecesse o contato entre os alunos com e sem deficiência, em que houvesse conscientização das diferenças existentes entre os indivíduos e que essas diferenças fossem vistas de forma natural, não constituindo empecilho ao desenvolvimento do indivíduo que não se enquadra nos padrões da sociedade contemporânea.

Sendo assim, os quatros pilares da educação devem existir para a diversidade de alunos que compõem a humanidade e não apenas para os que, dentro dos padrões da sociedade moderna, são considerados aptos a vivenciá-los no cotidiano escolar. Em geral, o ensino nas escolas é centrado em duas das quatro diretrizes: aprender a conhecer e aprender a fazer. Entretanto, segundo a comissão internacional de educação, os quatro pilares da educação devem ser alvo de igual atenção.

Neste sentido, aprender a conhecer, objetiva tanto a aquisição de conhecimento, como o domínio de instrumentos para sua obtenção, o que no contexto da deficiência visual, segundo Cerqueiro (2003), “pode conduzir a aprendizagem da criança deficiente a um mero verbalismo, desvinculando da realidade”.

No entanto, aprender a viver juntos, a conviver com a diversidade de pessoas no mundo e, por conseguinte, aprender a conviver com a diversidade nas escolas é um grande desafio, segundo Delors (2003), seria desejável que “se tornasse um objetivo a ser alcançado nas escolas”. Para ele “aprender a ser está relacionado a poder desenvolver plenamente sua personalidade, a agir com autonomia, discernimento e responsabilidade”.

Numa época em que tanto se fala em educação para todos, a compreensão dos conceitos de educação especial e educação inclusiva tornam-se de suma importância para o entendimento dos dilemas existentes e da situação geral do ensino em nosso país e levaram a compreensão do que seja uma escola inclusiva. Quando falamos em educação especial, estamos nos referindo a uma forma de ensino que visa garantir a educação formal para alunos com necessidades especiais.

Para Cardoso (2008,p.25) ,“A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda exclusivas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

É importante lembrar que a visão sobre a deficiência é social e historicamente construída, a conotação que temos hoje do que seja deficiência, certamente é bem diferente daquela de outros momentos da história. Com o fim da idade média e o início da moderna, a deficiência começou a ser vista como uma doença o que não acontecia antes, a partir daí começou-se a pensar em educação para as pessoas com deficiência.

Várias dificuldades são enfrentadas por pessoas com necessidades especiais, tanto em relação aos recursos didáticos oferecidos quanto em relação à própria

metodologia utilizada pelos professores, o que faz pensar que, para que venha a seguir este novo para digna e torna-se inclusiva, a escola como conhecemos hoje terá que muda, incluindo a necessidade de que os professores se atualidade e tenham acesso a novos recursos e tecnologias.

É importante haver mudanças no ambiente escolar que envolva não negar o acesso das pessoas com necessidades especiais á escola, sendo também importante a construção de um projeto pedagógico que viabilize a participação dessas pessoas, que valorize suas potencialidades e que utiliza recursos pedagógicos específicos para seu tipo de necessidade para que a escola venha se inclusiva, é necessário que haja mudanças- e a principal delas está relacionada ao preparo dos professores, mas não é bastante, já que como afirma Martins et al (2006 p. 102), “ o processo de inclusão em si deve envolver toda a comunidade, pais, professores, funcionários e alunos.” Professores a serem encorajados por eles a participar das aulas, havendo troca constante é importante entre ambos os lados. Segundo Costa (2006), “um estudo o ensino para deficientes visuais deve necessariamente envolvê-los e também a seus professores.”.

Neste contexto inclusivo, os alunos com deficiência visual poderiam auxiliar os professores e serem encorajados por eles a participar das aulas, havendo troca constante e importante entre ambos os lados. Segundo Costa (2006), “um estudo sobre o ensino para deficientes visuais deve necessariamente e também seus professores.”.

Vale salientar que ao mesmo tempo, alunos ditos “normais” que frequentam as turmas regulares devem ter contato com universo da deficiência, o que pode ser feito através de debates, de apresentação de vídeos ou de depoimentos. De acordo com a teoria de Vygotsky (1995), “os que convivem apenas com seus iguais são privados de uma rica fonte de desenvolvimento, e é importante que as crianças com necessidades especiais estudem próximas ás crianças sem deficiência.”.

De acordo com o trecho supracitado, vem ao entendimento que é importante que todos os alunos se interajam e que passe conhecimento um para o outro, para assim fluir o desenvolvimento um com o outro. Segundo Valente, (1991), as crianças com deficiência (física, auditiva, visual e mental) têm dificuldades que limitam sua capacidade de interação com o mundo. Isto pode fazer com que as mesmas não desenvolvam certos tipos de habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem.

O autor revela que todas as deficiências têm limitações, pois já é difícil a interação com o mundo, assim quando os mesmos não se interagem na escola, na comunidade, ou até mesmo no meio familiar ele passa a ser uma pessoa alienada sem base no processo de aprendizagem. Quando as crianças com necessidades especiais ingressam num sistema educativo tradicional, seja especial ou regular, normalmente vivenciam interações que reforçam uma postura de passividade. São vistas e tratadas como receptoras de informações, e não como construtores de seu próprio conhecimento. “É bom lembrar que, “de acordo com Mantoan (2002),” anotações no caderno, textos transcritos na lousa, provas escritas e medições, entre outras, sentenciam o aluno com deficiência visual ao fracasso escolar e a não socialização.”.

Os recursos didáticos, as atividades contextualizadas e as novas tecnologias têm papel importante para que a escola se torne inclusiva, além disso, como afirma Perrenoud (2000), “a escola não pode ignorar o que se passa no mundo.” Desse modo, entende-se que a escola deve ser um centro de atualizações e, que diante de mudanças tecnológicas e outras. Assim, tornando a escola um local saudável e criativo com todas as atualidades do mundo, para assim proporcionar uma educação inclusiva de qualidade.

Segundo Mantoan,(2002), a exclusão na escola envolve também pessoas sem deficiência, “pois não apenas os deficientes são excluídos, mas também as que são pobres, as que não vão as aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir, desistem de estudar.”.

Nota-se que a vários fatores para excluir os alunos com algo diferente, ou até mesmo classe social, cor ou religião, assim podemos relatar que a exclusão não é só com a deficiência de “a” ou “b”, existem vários preconceitos nas escolas.

E é de suma importância que um dia todos nós iremos saber lidar com diversas situações encontradas no meio escolar, assim, buscando a melhoria da educação, do aluno e do professor

### **3 O CONCEITO DA DEFICIÊNCIA VISUAL.**

A pessoa com deficiência visual é uma pessoa normal que não enxerga ou possui visão reduzida, ou seja, nenhuma outra defasagem lhe é naturalmente inerente. Contudo, em função da diminuição de suas possibilidades de experimentação de um relacionamento familiar e/ou social inadequada e de intervenções educacionais não

apropriadas, poderá apresentar defasagens no desenvolvimento social, cognitivo e psicomotor, quando comparadas a indivíduos com visão normal da mesma faixa etária.

Para que se entenda o conceito de deficiente visual, é necessário a compreensão do funcionamento da visão. A luz é a energia eletromagnética que o homem vê. Essa energia avessa a luminosa vem do mundo exterior, atravessa a pupila e entra no olho, onde atinge uma superfície sensível á luz denominada retina. A partir da estimulação dos receptores na retina começa o processo de criação de um mundo visual.

Na retina, existe a mácula que é o ponto central da visão responsável pela maior acuidade visual e pela nitidez das imagens. Na retina, os estímulos luminosos são transformados em estímulo nervosos que são enviados para o cérebro pelo nervo óptico. No cérebro essa “mensagem” é traduzida em visão.

É através da coordenação entre o sistema visual eo cérebro que o homem percebe e compreende o mundo que o cerca. Portanto, qualquer problema no globo ocular, nas vias óticas ou regiões corticais levava a dificuldade visual.

Quando ocorre de uma pessoa apresentar irreversível diminuição da resposta visual, em virtude de traumatismos por acidentes, causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamentos clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais, esta pessoa apresentará uma deficiência visual. Esta apresenta-se em dois graus/tipos:

-cegueira: é considerada cego a pessoa que apresenta visão menor que 0,1 (10%) ate a total perda de percepção da luz; -baixa visão/visão subnormal: é a diminuição da visão abaixo de 0,3(30%). Essas pessoas enxergam pouco e as vezes, mesmo com o auxilio dos óculos, necessitando de recursos óticos para ampliar objetos. Para Izilda ETAL (2007,p.126): "[..] Uma pessoa com baixa visão apresenta grande oscilação de sua condição visual de acordo com o seu estado emocional, as circunstâncias e a posição em que se encontra, dependendo das condições de iluminação natural ou artificial".

Sobre a baixa visão, destacam-se alguns casos mais frequentes: Catarata congênita: apresentam-se quando o cristatismo torna-se opaco, impedindo a passagem de luz para a retina, provocando a baixa visão. Pode ser causado por rubéola da mãe durante a gravidez. Segundo Resendel (2002, p.26):

Catarata congênita é uma importante causa de deficiência visual, com prevalência aproximada de 0,4%1. Estima-se que existem cerca de 200.000 crianças cegas no mundo devido à catarata congênita bilateral. E no Brasil, ela é responsável por 5,5 a 12% dos pacientes com visão subnormal.

Glaucoma congênito: o olho tem uma pressão interna diferente da pressão do corpo(arterial). O aumento da pressão do olho é chamado glaucoma. É causado pela insuficiência na eliminação do humos aquoso(líquido transparente que preenche o espaço entre a córnea e a íris). Pode ser hereditário ou causado por uma infecção.

Miopia: ocorre quando o olho é maior do que o normal. A imagem é formada num ponto anterior a retina, acarretando perda da nitidez á distância.

Ritinosepigmentar: é a degeneração progressiva de retina, com dificuldade para a visão noturna, discriminação de cores e perda da visão periférica. Neste caso, a pessoa pode perde a visão totalmente.

Retinopatia da prematuridade: é causada pela imaturidade da retina, em decorrência de partos prematuros e de excesso de oxigênio na incubadora.

Atrofia do nervo ótico: quando isto ocorre, provoca a diminuição de acuidade visual, uma menor sensibilidade ao contraste e alterações do campo visual.

Albinismo: causa diminuição ou ausência de pigmentação na íris. Geralmente as pessoas albinas, aquelas que possuem a pele e pelos muito claros, devido a falta melanina, apresentam fotofobia (reação forte a luz) e diminuição da acuidade visual, podendo levar a perda total da visão. Para Teixeira (2012) O termo albinismo provém do latim albus, que significa branco, e se trata de uma condição rara em que o indivíduo apresenta defeitos genéticos que inibem ou reduzem acentuadamente a produção de melanina em seu organismo.

Enquanto a cegueira é notada facilmente, a baixa-visão passa despercebida muitas vezes os familiares e professores, manifestando-se geralmente quando há maior exigência quanto ao desempenho visual da criança. A detecção precoce dos problemas visuais é fator decisivo no desenvolvimento da criança e nas providências para apoiá-la e minimizar suas dificuldades.

### **3 .1 A DEFICIÊNCIA VISUAL: RAÍZES HISTÓRICAS.**

Desde a antiguidade, a cegueira vem sendo considerada como algo de difícil compreensão. Segundo Lorimer (2000), foram sempre consideradas como incapazes e dependentes maltratados e negligenciados, sendo que algumas civilizações chegavam mesmo a eliminá-los.

Na china a cegueira era comum entre os moradores do deserto. A música era uma alternativa para se ganhar a vida, e para isto, os cegos precisavam exercitar o ouvido e a memória.

No Egito era conhecido na antiguidade como o país dos cegos, tal a incidência da cegueira, devido ao clima quente e á poeira. Referencias á cegueira e as doenças nos olhos foram encontradas em papiros e os médicos que cuidavam dos olhos se tornaram famosos na região mediterrânea.

No Reino Unido, as primeiras referências sobre pessoas cegas datam do século XII e menciona um refúgio para homens cegos, perto de Londres, aberto por William Elsing. Os cegos eram geralmente mendigos que viviam da caridade alheia.

Na idade média, mais atenção foi dada às pessoas pobres e com deficiência, principalmente devidos á lei ciência, principalmente devido á lei – The Poor Law act lavrada em 1607,que mencionava explicitamente os pobres, os incapazes e os cegos, prevendo abrigo e suporte para estas pessoas. Segundo Hull (2000, p.23):

A Bíblia foi escrita por pessoas que enxergam e os textos bíblicos traduzem imagens negativas da cegueira e da deficiência. A cegueira é símbolo da ignorância, de pecado e falta de fé. Além disto, é considerada como um castigo enviado por Deus.

Desta data em diante e por mais uns duzentos anos, os cegos viveram em suas casas ou em instituições, os chamados “asylums”, contando com algum suporte dos governantes.

### **3.2 AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO DEFICIENTE VISUAL.**

Com apenas 10 % da população cega de ler braile, aprender a ler é uma das maiores dificuldades dos deficientes visuais. Além disso, os cegos tendem a ter uma taxa de desemprego maior do que aquelas com origens semelhantes que tem a utilização da visão. Um indivíduo com deficiência visual também pode ser limitado em suas opções de hospedagem. No entanto, a tecnologia recente tem ajudado algumas com deficiência visual. Para Poliedro (1995, p.15):

A escrita Braille é outra acréscimo ao currículo das crianças cegas. Há vários instrumentos para escrever os símbolos, sendo o mais fácil e mais rápido a máquina de escrever Braille. Ela tem seis teclas, que correspondem a cada um

dos seis pontos da unidade. Um bom dactilógrafo Braille pode bater de quarenta a sessenta palavras por minuto.

Na leitura, embora haja agora muitos livros disponíveis em braile, mais de 90% da população que é classificada como legalmente cego não sabem ler braile. Os avanços tecnológicos, tais como: livro de áudio e software de reconhecimento de voz tem diminuído a necessidade de aprender a ler braile, se um indivíduo deseja experimentar obras de mídias.

No emprego, enquanto o uso de tecnologia diminui algumas das dificuldades dos deficientes visuais, isto tem levado as outras dificuldades em si. Sem a capacidade de usar braile, os cegos estão em vigor analfabetos. De acordo com um relatório da federação nacional dos cegos, pessoas que sabem braile têm uma chance e muito maior de conseguir um bom emprego, ganhar um grau avançado e viver de forma independente. Para Schirmer ET AL. (2007, p.31):

Tecnologia assistida é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviço que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidade funcional de pessoas com deficiência e, conseqüentemente promover vida independente e inclusão.

No âmbito escolar pode-se ser citados várias outras dificuldades, como a adaptação do aluno deficiente na escola regular, pois sendo alunos “normais”, com o deficiente gera aquela timidez, vergonha do mesmo, assim o discente, fica preocupado em inseri-lo as atividades diferenciadas, preocupação em nunca excluí-lo da sala para o mesmo sentir-se acomodado e satisfeito, a estrutura da escola adaptada, que muitas das vezes vemos acontecer essa realidade. Outras situações que podem ser citadas é de materiais pedagógicos, pois se o aluno não estiver com todas essas adaptações na escola, vai a ver dificuldade tanto para o professor, quanto ao aluno, notamos muitas e muitas dificuldades encontradas, a também a preocupação do professor ter a devida capacitação adequada para lhe dar com essas e várias deficiências. Para Mantoan (2006, p.68):

[...] é preciso atentar para que seus profissionais sejam capacitados para atuar no sistema regular de ensino juntos às prática que eles não carregam como herança e, portanto, tem de ser objeto de formação continuada, prevendo que sua intervenção, no âmbito das escolas, esteja assentada em práticas de ensino a serem desenvolvidas com esses alunos em turma do ensino regular. Ainda

entre outras possíveis atribuições, precisam reorientar seus conhecimentos e sua prática para atuar em cargos administrativos em diversos órgãos dos sistemas públicos de ensino, a fim de construir políticas de educação para todos, além de realizar atividades de assessoria e acompanhamento de planejamento e de implantação de políticas educacionais públicas que visem a atender com qualidade as demandas desses alunos.

#### **4 O TRABALHO PEDAGÓGICO COM O DEFICIENTE VISUAL E SEU PROCESSO INCLUSIVO.**

A escolarização do deficiente visual é assegurada por lei e perpassa por todos os níveis de ensino: Ed. Básica (Ed. infantil, Ens. Fundamental e Ens. Médio) e pelo Ens. Superior. Porém, quando a deficiência é detectada precocemente, é importante que a família busque apoio de uma instituição especializada para que esta criança receba os cuidados, as orientações e estimulações necessárias para sua autonomia e desenvolvimento psicossocial e pedagógico.

Quando o aluno se encontra em idade escolar, então deve ser matriculado, segundo a LDB (lei de diretrizes e bases), preferencialmente, na rede regular de ensino. O aluno é inserido na classe comum, e deve receber apoio especializado de salas de recursos, escola especial, ou de algum órgão, núcleo, ou departamento especializado.

Segundo Mantoan(2003), a classe comum é a alternativa menos discriminadora de atendimento, pois a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino específica para esta ou aquela deficiência. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for bom, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um Mas exige da instituição educacional uma mudança de postura e reorganização para atender as necessidades que se apresentam. Nesse contexto o professor regente e a equipe pedagógica precisarão de parcerias, que os apoiem neste processo.

Sabemos que não é um processo simples, mas é humano e justo e a escola deve preparar-se integralmente para receber este aluno, atendendo às suas necessidades específicas. Essa preparação deve ser estrutural, no que se refere as adaptações arquitetônicas l, e de acessibilidades; emocional, proporcionando o acolhimento e inclusões sociais e pedagógicas, instrumentalizando-se sobre currículo, organização das turmas, metodologias e recursos adequados. De acordo com a Declaração de Salamanca,1994:

As escolas devem ajustar-se a todos as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotados, crianças da rua ou crianças que trabalham crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de memórias linguísticas, éticas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

A atitude do professor é fundamental para a boa receptividade e acolhida da classe ao novo colega, com direitos as mesmas oportunidades de participação no trabalho em equipe, na convivência e aprendizado com o outro. O ensino deve ser cooperativo, e os trabalhos em grupos de suma importância, pois traçara laços de amizade, e solidariedade entre todos da sala de aula.

Sobretudo, os planos de ensino(turma) e planos de trabalho(aluno especial) deverão ser flexíveis, de modo a atender as peculiaridades dos alunos incluídos. E neste caso, é relevante ressaltar a necessidades das adaptações curriculares. Instrumentos que programem uma ação educativa para a diversidade. É uma ferramenta que adapta certo trabalho e ou atividade, ao encontro das possibilidades do educando, portanto deve ajustar-se ao objetivo que busca, ou seja, serve para um determinado momento, para uma determinada situação e clientela. Segundo Martins (2012, p.239):

Atualmente reconhece-se que é imprescindível ajudar os professores a refletir e a aceitar a sua responsabilidade quanto à aprendizagem de todos os educandos, colaborando assim para prepará-los para ensinar aqueles que são comumente excluídos das escolas, por qualquer razão.

As adaptações curriculares não contemplam somente o aluno “especial”, mas sim toda a turma. Quando uma adaptação é aplicada, todos ganham com esta flexibilidade, pois além de integrar o aluno “especial” na atividade, ainda oportuniza outra forma de vivencia ao aluno que não possui dificuldades. alguns itens, que fazem com que acham a adaptações em sala de aula e atitudes inclusivas; Conscientizar os alunos a se interagirem com o aluno deficiente; Incentivar aos alunos a prática da ajuda em grupo; Orientar aos alunos a convivência com o outro aluno e; Outras práticas a mais quanto ao professor e alunos.

#### **4.1 A INTERAÇÃO SOCIAL ENTRE PROFESSORES E ALUNOS EM CLASSE COMUM, COM NECESSIDADES ESPECIAIS E COM FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.**

Diante de observações realizadas com base em pesquisas bibliográficas foi observado um bom relacionamento com os alunos com necessidades especiais em específico a deficiência visual. Este fato se evidencia a partir do momento em que os respectivos professores vivenciaram situações de respeito a amizade e compreensão com alunos com necessidades educacionais especiais. Para Freire (1989 p.91):

[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que solidarizam o reflexo e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Por exemplo, em nenhum momento os professores se dirigiam pejorativamente aos alunos, mostravam-se amigos, conversavam, davam risada, respondiam aos questionamentos dos alunos, davam broncas quando necessário etc. Agiam com os alunos com necessidades educacionais especiais em específico o visual da maneira que agiam com o restante dos alunos. Em geral, não se identificou posturas atitudinais negativas entre o professor da classe comum e aluno com a deficiência visual no que diz respeito ao relacionamento social o que sugere que os professores não tratam de maneira discriminatória os alunos considerados especiais.

Este fato é bastante interessante na medida em que a socialização é um aspecto importante para uma inclusão escolar bem-sucedida, pois a convivência dos alunos com necessidades educacionais especiais em ambientes comuns e as interações sociais que se estabelecem servem para aumentar uma variedade de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, bem como para proporcionar aos alunos, proteção, apoio e bem-estar no grupo (STAINBACK ; STAINBACK, 1999).

Apesar de todos os professores se mostrarem um bom relacionamento com os alunos com necessidades educacionais especiais, este mesmo fato não se evidencia no que diz respeito a participação dos alunos com necessidades educacionais nas atividades escolarização. Pois a professores que por não terem uma formação continuada na área de educação especial, há dificuldades para se relacionar com os alunos especiais, pois não a uma formação adequada. Geralmente o professor que não tem uma especialização,

esse professor irá ter dificuldades com o aluno, com isso, surgirá vários empecilhos. Para poder passar seu conteúdo e com isso gerando um mau relacionamento com os alunos. De acordo com Martoan (2004.p, 93):

Os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos, os processos de ensino e de ensino de aprendizagem, isto é, especializarem-se no “o que”, no “como” e no “para que”, se ensina e se aprende. A nosso ver e inspirados nos projetos que visam uma educação de qualidade para todos, o tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral dos educadores eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e essas alunos. Em resumo, a formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a educação especial e a regular, nos sistemas escolares.

Por último, os cursos de formação dos professores devem também contemplar a problemática das mudanças atitudinais. Os professores, a comunidade escolar, as famílias, a sociedade em geral devem mudar suas concepções a respeito da diversidade, diferença e deficiência. Todos os alunos devem ser transformados em deficiências ou características pejorativas, situações de preconceito e estigma devem ser banidas no âmbito escolar, principalmente com relação à capacidade do aluno de participar das atividades de escolarização.

Estas mudanças não são fáceis de serem realizadas e precisam envolver um grande investimento tanto em nível de formação continuada e inicial. Além disso, diversas pessoas devem estar envolvidas neste processo, e não somente o professor da classe comum.

O caminho para essa mudança conceitual teria que ser construída a partir do trabalho de colaborativo do professor do ensino comum com o professor especializado, além de equipes multiprofissionais que atuariam, preferencialmente, dentro da escola e da classe comum. (MENDES, 2004, P. 227).

A partir do texto supracitado, compreende-se que o professor tem que estar habilitado quanto a sua formação para assim possa desenvolver seu trabalho em uma escola regular, no entanto, se o mesmo não tem esta qualificação que tenha ajuda profissional de e salas preparadas para que o trabalho venha ser agradável e satisfatório tanto ao professor quanto ao aluno.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o aluno com deficiência visual ou qualquer que seja a sua deficiência o profissional (professor), tem que estar totalmente

sabendo o que esteja fazendo, para assim não haver bloqueios para o aluno com deficiência visual ou outras deficiência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Pensar na inclusão é aproximar o direito de igualdade a todos às crianças conforme as legalidades sociais escolar. Respeita as diferenças e garantir o acesso o diverso âmbito social promovendo nas crianças o desenvolvimento pleno do cidadão.

A abordagem do tema o deficiente visual no âmbito escolar, é sem dúvida o interesse de conhecer o aluno com deficiência, seus desafios e conquistas através do seu dia a dia escolar, tanto para o professor quanto para o aluno. Além do mais, a partir do referido tema é possível perceber como é importante termos conhecimentos adquiridos para saber lidar com a diversidade do aluno, no entanto sabendo que desafios como esses ,encontramos frequentemente no meio escolar.

Este artigo científico contribui para identificar ações e atitudes básicas de como inserir o aluno com deficiência visual no meio escolar. Para superação e realizações pedagógicas no processo escolar. Pois, é a partir do conhecimento sobre os principais conceitos e práticas pedagógica que irá surgir a importância e a relação significativa de professor e aluno.

No entanto a educação é feita de paradigmas, ou seja, modos de conceber e compreender a realidade. Atualmente, o mais novo paradigma educacional é a inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos aos alunos. Nasceu para se contrapor ao paradigma da exclusão escolar, em que alguns alunos eram segregados da escola regular por apresentarem características diferentes das esperadas pela instituição escolar

Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos os alunos não devem mais ficar de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum.

Para a inclusão escolar bem sucedida dos alunos com necessidades especiais( deficiente visual), é necessária uma reestruturação do sistema regular de ensino, a qual

passa necessariamente a formação de recursos humanos seja em nível inicial como continuado. Os resultados deste estudo evidenciam algumas diretrizes para uma formação de professores que realmente esteja voltada para o atendimento da diversidade, para proporcionar condições de ensino-aprendizagem em condições ótimas para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Para um bom desempenho do professor com o aluno (deficiente visual), é importante que haja práticas educativas para que o seu desenvolvimento venha ser proveitoso tanto ao aluno quanto ao professor. Fica evidente que trabalhar nos alunos especiais é um grande desafio seja qual for a deficiência. Os alunos com deficiência visual apresentam grande desejo de apresentar tal como as crianças ditam normais. Portanto, reafirmamos que neste processo de aprendizagem a interação entre professor e alunos é imprescindível, pois é a partir das expectativas da mudança esses alunos que eles poderão melhorar é compreender a realidade que o/a cerca e aprendem de forma significativa.

Contudo, é importante destacar que a formação de professores deve estar alicerçada em mudanças também no sistema de ensino deve também contar com o apoio das famílias dos alunos. O futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, a fim de trabalhar uma meta comum.

## REFERÊNCIAS

BARASCH, M. 2001 *Blindness – The History of a Mental Image in Western Thought*. Routledge. London.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca, 1994. In: MILANESI, Josiane Beltrame. **Dossiê referente à legislação nacional sobre a educação especial com foco no atendimento educacional especializado e as salas de recursos multifuncionais**. UFSCar, [s.d.]. (*Apostila*)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 19ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIROTO, Cláudia. POKER, Rosimar. OMOTE, Sadao. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2012.

GOFFMAN, E. 1988. **Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro.

HULL, J.2000. Do you think i AM stupid? In Echoes: **justice, peace and Creation News** (World Council of Churches), no 19/2001.Geneva.

IZILMA, Elizabet ETAL; CAMPOS, MARIA; SILVA, Myriam. **Aspectos da baixa visão**. Acesso <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aee-dv.pdf>> em 09 JUN/2015.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Desafios relativos à formação continuada de profissionais para atuação na educação inclusiva. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs). **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação**. Marília: ABPEE, 2012. p. 237-246.

MANTOAN, M. I. E. **Ensinando a turma todas as diferenças na escola**. Pátio revista pedagógica, ano v. n. 20. Fev./2002, p.18-23.

MANTOAN, M.T.E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. 2002. Disponível em <http://www.educandoonline.pro.br>. acesso em: 10 de jan/2015.

MARTINS, L.A.R. ET.AL.(orgs).Inclusão: **compartilhamento saberes**. Petrópolis: vozes, 2006.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. **Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos ET AL. Prática Inclusiva no Sistema de Ensino e em outros contextos. EDUFRN.NATAL,2008.

Poliedro: - **Revista de Tiflogia e Cultura, Porto: Instituto S. Manuel - Edições Braille**, 1995, Outubro.

RESENDEL, Marina ETAL:**Deficiência visual**. <<http://www.scielo.br/pdf/rbol/v67n1a06.pdf>> Acesso em 09 JUN/2015.

# **CAPÍTULO II**

## **A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA PÚBLICA**

*Simone da Silva Fernandes  
Jader Rodrigues de Carvalho Rocha  
Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti  
Hercílio Medeiros de Sousa*

### **1 INTRODUÇÃO**

A inclusão de deficiente visual na escola pública visa refletir a qualidade de ensino e aprendizagem de discentes com deficiência visual no âmbito escolar público. Analisando o avanço e desempenho qualitativo do educando no meio social, proporcionando a estes alunos uma oportunidade digna de concorrer igualmente no mercado de trabalho. A inclusão de pessoas com deficiência visual, não pode se tornar diferente por apresentar limitações, pois além de implicar o envolvimento de ações deliberadas e intencionais dos seus responsáveis, torna-se importante uma compreensão mais profunda onde seja realizada a respeito das reais implicações determinadas pelo empecilho de enxergar.

Desse modo, o presente texto, tem o propósito em analisar o processo de inclusão de educandos com deficiência visual, em escolas de rede regular de ensino, refletindo sobre o processo educativo desses indivíduos, com apoios metodológicos adequados pra atender suas necessidades. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada através de leituras bibliográficas, facilitando assim na construção do artigo. Acredita-se, que por mais debatido o assunto no nível teórico, ele precisa antes de tudo ser incorporado e assimilado, pelas pessoas que encontramos envolvidas nesse processo, enquanto postura profissional. Mas é necessário o aprofundamento voltado para a reflexão sobre o

tema a partir dos principais questionamentos que vem dos encaminhamentos teóricos e práticos.

O estudo realizado, objetiva pesquisar como se dá a inclusão do deficiente visual na escola pública, refletindo a respeito do processo educativo desses indivíduos. A transmissão como função pedagógica da escola, não se trata somente de conteúdo, mas da inclusão desses alunos no ensino comum, para que, inseridos no meio que o cerca, seja educacional ou social, tenham o direito de interagirem, num processo dialético de convivência, onde se aprende e ensina.

O aluno com deficiência visual também é uma peça fundamental nesse processo, pois todo aluno é capaz de criar e recriar seus conhecimentos, mediante a forma como está sendo repassado e vivenciado no ambiente escolar. O educador que tem compromisso com seu trabalho deve preocupar-se com a qualidade do ensino e aprendizagem em sua prática pedagógica, fazendo com que o portador de deficiência visual ao ser incluído, se torne um grande estímulo no desempenho profissional.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujos procedimentos utilizados para sua realização compõem-se de pesquisas e leituras de diversos autores. No intuito de buscar informações que possam esclarecer o conceito de inclusão, ajudando os profissionais e as instituições a lidarem com pessoas portadoras deste tipo de deficiência. Portanto, é importante salientar que a educação inclusiva se define como uma modalidade de ensino com o objetivo de apoiar, complementar ou substituir os serviços educacionais por meios de um conjunto de recursos para assegurar a educação para todos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Segundo o Aurélio, incluir significa estar incluído ou compreendido; fazer parte; inserir-se. A educação inclusiva é uma proposta educacional voltada para todos os alunos sem distinção, com o intuito singular de inserir o sujeito e proporcionar-lhe crescimento e satisfação pessoal na escola e na sociedade. No contexto escolar inclusão implica em inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos complexos no ensino regular, desse modo proporcionar aos alunos a oportunidade de participarem do mesmo ambiente escolar, vivenciando das mesmas atividades comuns, mesmo que adaptadas para atender as diferenças

individuais, pois estudar é um direito de todo cidadão sem distinção política ou social, ainda que seja um grande desafio para se obter essa inclusão.

[...] a inclusão total (se entendida como a inserção de todas as crianças e jovens, independentemente do tipo e grau de limitação, na classe regular, por tempo integral e sem qualquer outro tipo de apoio) é uma resposta muito simplista e equivocada a um tema demasiadamente complexo, e que, se caracteriza no momento por uma confiança excessiva na retórica e pela falta de evidências científicas. É muito mais uma questão de crença, ou religião do que de ciência (MENDES 1999, p. 18).

Na visão do autor faz-se um questionamento do verdadeiro sentido de inclusão, indagando se o país e as escolas estão prontos para receberem esse desafio que não é fácil e nem simples de se trabalhar. Desde os tempos da antiguidade o direito a inclusão escolar, já existia de forma discreta e sucinta sem aprovação de uma lei que a representasse ou uma instituição adaptada para incluir, mas no ano de 1990, esse direito é decretado com mais ênfase na Declaração Mundial sobre Educação para todos, independentemente de suas diferenças particulares. Sabendo que: “[...]Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão” (FACION, 2009, p. 203).

A mesma é reforçada pelas diversas declarações das Nações Unidas que culminaram na Declaração de igualdade de oportunidades para as pessoas com Deficiência, assinado em 1993 e publicado em 1994, garantindo que a educação de pessoas deficientes seja parte integrada do sistema educativo. Em junho de 1994, o governo espanhol e a UNESCO realizaram uma conferência mundial com mais de 300 representantes de 92 governos e de 25 organismos internacionais, com o objetivo de promover uma educação para todos, garantida pelos Estados e que fizesse parte integrante do sistema educativo, surgindo assim a Declaração de Salamanca, um documento de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. “[...]Promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades especiais” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 5).

Esse documento veio propagar o conceito de inclusão no contexto da educação comum, que teve sua origem na Conferência Mundial sobre a Educação para todos, 1990.

Em muitos de seus tópicos, a Declaração de Salamanca (1994) é conceituada a inclusão, como: ... Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. A base principal que orienta as escolas inclusivas é que todas as crianças possam juntas, aprender, independentemente de suas limitações. As instituições que trabalham com a inclusão necessitam conhecer as dificuldades e diferenças de seus educandos, adaptando as estruturas físicas de acordo com as necessidades apresentadas pelos mesmos; garantindo-lhe uma boa qualidade de ensino e aprendizagem.

As noções de exclusão e inclusão sociais evoluíram de maneira muito importante. As transformações profundas e rápidas vividas por numerosas sociedades no mundo, desde a segunda metade do século XX, com certeza, não são alheias à evolução dessas noções, assim como foi também o caso para a noção de deficiência. A escola não escapou a esta regra. Com efeito, desde os anos 1960, a concepção do aluno com deficiência ou com dificuldade de adaptação ou de aprendizagem, assim como do quadro educativo susceptível de favorecer sua adaptação escolar se transformou e segue, em suma, uma trajetória bastante semelhante à das noções de exclusão e de inclusão sociais, assim como a da deficiência. (FIGUEIREDO /BONETI, POULIN, 2010 p. 25)

Segundo os autores o processo de inclusão se expandiu ao longo do tempo, na sociedade, trazendo importantes avanços para a educação especial e para as crianças portadoras de deficiência. Este propósito também se extinguiu as escolas, sendo elas responsáveis por se adequarem tanto nas suas estruturas físicas, como no seu quadro de profissionais, para garantir aos alunos um ensino de qualidade. Portanto, esclarecendo o que cada uma das leis fala em seus respectivos parágrafos e incisos, podemos citar:

A constituição Federal, em seu artigo 208, inciso III, Determina que o dever do estado com a educação será efetivo mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. Na lei de Diretrizes e Bases nº9394/96, em seu artigo 4º, inciso III, corrige a Constituição Federal, quando diz que o atendimento educacional especializado gratuito aos educadores com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989 confirma novamente a obrigatoriedade gratuita da Educação Especial em escolas públicas no artigo 8º

criminalizou o preconceito referente à discriminação da pessoa com deficiência no que se refere ao acesso e permanência na escola. Nesse contexto o Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990, diz que é direito do deficiente à saúde, à educação, à profissionalização e a proteção no trabalho. Retomando o que fala a Lei de Diretrizes e Bases, nº9394/96, refeita por Sousa (1997), o seguinte que o processo de integração e inclusão garantidas, na rede regular de ensino pela legislação ao descrever em seus artigos e incisos: Artigo 58 – Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Artigo 59 - Os sistemas de ensino assegurados aos educandos com necessidades especiais:

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Artigo 60 – Parágrafo único: O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Portanto, o processo de inclusão é bem mais amplo e complexo de que se tende a definir, mas que se faz necessário a todos e principalmente para um número significativo da população Brasileira e universal que apresentam necessidades especiais e que necessitam de educação, formação e respeito para vencerem os desafios da vida e da sociedade. Estar inserido nem sempre significa estar incluído, mesmo com o aparato das leis acima descrito, é necessário trabalho, interesse, conhecimento, capacitação e parcerias para que a educação inclusiva decole de verdade em nosso País.

## 2.2 A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA PÚBLICA

Estudar é um processo doloroso e difícil, principalmente nos primeiros anos da vida escolar da criança, exigindo um tempo maior para ela se adaptar a nova realidade, necessitando também de um cuidado maior e de uma atenção especial por parte dos pais e professores que o receberão.

O processo de inclusão vem se modificando ao longo dos tempos através de muitas lutas daqueles que sabiam da importância de se incluir as pessoas com deficiência, mas vale ressaltar que antes de existir a inclusão como direito de todos, veio primeiro a exclusão, discriminação e o impedimento de pessoas que não estivessem dentro dos padrões, psíquico, físicos e mentais exigidos pela sociedade, como afirma os autores ao dizer que:

Mais precisamente, é possível definir a exclusão social como a marginalização ou a rejeição de indivíduos que não correspondem às normas e aos valores dominantes que prevalecem em uma sociedade. A exclusão social é um dos resultados da desvalorização social provocada por julgamentos ou olhares negativos sobre um indivíduo em particular ou um grupo de indivíduos (FIGUEIREDO /BONETI, POULIN, 2010 p.18 e 19)”

Nessa ótica os autores afirmam que a exclusão se dá pela falta de respeito e de amor das pessoas, para com as diferenças das outras, esquecendo-se dos direitos e da igualdade que os assistem tornando- os iguais. Na escola pública o processo de inclusão ou exclusão de pessoas especiais não é tão diferente e simples como exposto acima, independente da deficiência e do seu grau de dificuldade todas elas tem direito a educação e a cidadania nessa perspectiva, “[...] se faz necessário, neste exercício, lembrar que cidadão significa indivíduo no gozo os direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão”(Freire, 2001; p 45).

Nesse contexto criar uma educação que valorize o aprendizado dentro de uma ação inclusiva que esteja voltada inteiramente para o aprendizado e bem estar do aluno, na certeza de que este esteja incluído como lhe é direito no recinto escolar o qual seja matriculado. Na escola pública hoje é muito comum encontrarmos pessoas com deficiências diversas, dentre elas a cegueira o qual atinge muitos indivíduos na visão. A inclusão dessas crianças na escola pública é muito importante, mas que se requerem grandes esforços e adaptações por parte do estabelecimento, da família e de todos que formam a escola em seu todo.

A criança cega na escola pública já é um grande avanço, por isso a responsabilidade das instituições em se preparem estruturalmente adaptando-se para incluir, também é dever do professor se preparar, buscando formações e capacitações que venham atender as necessidades dos alunos e por último cabe à família lutar pelos direitos que por lei já são garantidos aos seus filhos de terem um aprendizado de qualidade em uma escola regular de ensino e próxima da sua residência para facilitar o acesso da sua criança com deficiência visual. De acordo com os autores:

Uma política de vanguarda não garante a acessibilidade aos saberes escolares se houver uma verdadeira transformação no interior da escola. Faz-se necessário concretizar no cotidiano desta instituição que já está assegurado por lei. Não basta garantir a acessibilidade, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e aprender (FIGUEIREDO /BONETI, POULIN, 2010, p. 54).

Portanto o vale ressaltar que o sucesso da inclusão escolar não depende somente da escola ou do profissional, mas também de um conjunto de ações: sociais, educacionais e políticas necessárias para que essa prática ocorra realmente. Convém observar que nesse caso é importante buscar, atuar em parceria com a família, a comunidade e as instituições especializadas para que assim se chegue ao sucesso pretendido por todos.

### **2.3 A DEFICIÊNCIA VISUAL**

Falar da deficiência visual é levar as pessoas a compreenderem o que significa andar no escuro, superando barreiras e obstáculos encontrados em sua trajetória de objetivos e sucessos pretendidos a ser alcançados. Segundo informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil acredita-se que cerca de 10% da população tem algum tipo de deficiência, dessas cerca de 1, 1,5% são portadores de deficiência visual, esse número represente 1,7 milhões de pessoas cegas em nosso país, um número bastante significativo para a população de um país, remetendo a sociedade a uma ótica mais atenta, que venha garantir a aos alunos com deficiência visual o direito de ser incluído na sociedade e na escola, como qualquer outro cidadão.

Para se compreender o conceito de deficiência visual e qual as suas causas, vamos compreender primeiro como se dá o processo da visão nos seres humanos. O homem enxerga através da luz, ou seja, uma energia eletromagnética que vem do mundo que o cerca e tem como função atravessar a pupila entrando no olho, atingindo assim uma parte sensível, denominada retina. Na visão dos autores:

A ausência da visão manifestada durante os primeiros anos de vida é considerada cegueira congênita, enquanto a perda da visão de forma imprevista ou repentina é conhecida como cegueira adquirida ou adventícia, geralmente ocasionada por causas orgânicas ou acidentais. Estima-se que somente 10% do seguimento de pessoas com cegueira não apresenta nenhum tipo de percepção visual, pois a maioria delas revela a presença de algum resíduo de visão funcional, mesmo que seja apenas para detectar pontos de luz, sombras e objetos em movimento (DOMINGUES. C; SÁ. E; CARVALHO. S; ARRUDA. S; SIMÃO. V; 2010, p. 30).

Existe na retina uma mácula que se caracteriza como ponto central da visão responsável pela ampliação visual, nela também está contida os estímulos luminosos, que são transformados em estímulos nervosos e em seguida uma mensagem enviada para o cérebro que é traduzida em visão. A cegueira é caracterizada pela pessoa que apresenta visão menor que o, 1(10%) chegando a total perda da percepção da luz e segundo os autores a cegueira também causa:

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento(cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida)em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. (SÁ; CAMPOS; SILVA; 2007 p.15)

De acordo com as autoras, a cegueira é conceituada como uma impossibilidade visual humana, impedindo a percepção do mundo ao seu redor. Além disso, a mesma não interfere totalmente na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Outro grau presente na deficiência visual se apresenta como baixa visão ou visão subnormal, podendo ser identificada quando a visão é reduzida. As pessoas que portam a baixa visão têm a sua maneira própria de perceber visualmente o mundo, possuindo habilidades e inabilidades.

A baixa visão ao contrário da cegueira se torna mais difícil de ser detectada, por isso é importante que os pais e professores estejam atentos a modificações de comportamentos apresentados pela criança no decorrer do seu desenvolvimento. Segundo os autores:

Quanto mais cedo for diagnosticada, melhores serão as oportunidades de desenvolvimento e de providências médicas, educacionais e sociais de suporte para a realização de atividades cotidianas. A baixa visão pode ser causada por enfermidades, traumatismos ou disfunções do sistema visual que acarretam diminuição da acuidade visual, dificuldade para enxergar de perto e/ou de longe, campo visual reduzido, alterações na identificação de contraste, na percepção de cores, entre outras alterações visuais (DOMINGUES.C;SÁ.E;CARVALHO.S;ARRUDA. S; SIMÃO. V; 2010,p. 8)

Além da observação dos pais e professores, essa deficiência pode ser detectada por meio de profissionais especialistas que diagnostique com segurança o problema da criança, para que se possam tomar as devidas providências. Essa deficiência apresenta causas diversificadas como: Doenças infecciosas, acidentes, ferimentos, envenenamentos, tumores, doenças gerais e influências pré-natais e hereditariedade. Sendo assim é importante que a família busque apoio o mais cedo possível para que esse problema não se agrave.

#### **2.4 O ALUNO COM DEFICIENCIA VISUAL NA SALA REGULAR**

A visão é o sentido que orienta através da luz dos olhos, coloca os seres em interação com o meio e com a sociedade. É através da visão que os indivíduos observam, analisam e aprendem, pois o conhecimento se adquire em grande parte através desse sentido. A falta da visão na vida dos seres causa um grande impacto no seu processo de ensino e aprendizagem, mas não impede totalmente a pessoa de aprender e também de levar uma vida normal.

A escolarização do aluno com deficiência visual é um desafio cheio de dúvidas por parte dos educadores da rede pública de ensino, pois os mesmos não se sentem preparados para atenderem essa clientela na sala regular, mesmo com os direitos que assiste esses alunos, como fala Romagnolli (2008, p.7) a Declaração de Salamanca, assegura que “as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”.

Mas para o aprendizado e desenvolvimento dessas crianças cegas, as dificuldades poderão ser enormes em virtude da falta de formação específica dos docentes, e da falta de estrutura e de material adequado da instituição de ensino para trabalharem com esses discentes. O quanto mais rápido inserir os alunos com deficiência visual na escola, melhor será para o seu aprendizado e para a sua interação sócia escolar.

a aceitação e flexibilidade do professor em relação à sua limitação é um dos principais fatores que afeta a inclusão do aluno com baixa visão. É necessário inclui-lo na sala de aula e no ambiente escolar, propiciar interação com seus colegas promover sua socialização, resgatar sua autoestima e cidadania. (RAMAGNOLLI *apud* AMIRALIAN, 2008, p.21)

De acordo com o pensamento do autor é notório que os profissionais devem está capacitados e atentos as dificuldades apresentadas por esses alunos em sala e tentar promover um ambiente interativo, educativo agradável e capaz de fazer essas crianças se sentirem amadas e desejosas em aprender.

Não basta apenas ter um corpo docente preparado e salas bem equipadas, é necessário também que se tenha um parceria entre todos os membros que formam a instituição e principalmente uma metodologia inovada que possa atender as necessidades de todos os alunos em um ambiente harmônico e alegre, com base nisso Silva et al (2007) nos fala que,

Por isso, necessitam de um ambiente estimulador, de mediadores e condições favoráveis à exploração de seu referencial perceptivo particular. No mais, não são diferentes de seus colegas que enxergam no que diz respeito ao desejo de aprender, aos interesses, à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação de identidade a aos processos de desenvolvimento e aprendizagem (SÁ; CAMPOS; SILVA; 2007 p.14).

Os discentes com deficiência visual são iguais aos ditos normais, trazem em si a mesma vontade de aprender, de brincar, conversar e interagir, pois a falta da visão não é barreira para se aprender quando se tem todos os outros sentidos ao seu favor. Porém para que isso aconteça é fundamental que se tenha um ambiente ao seu favor, a qual se sinta inserido e estimulado; que lhe proporcione condições favoráveis para uma boa aprendizagem.

As crianças desde os seus primeiros anos de vida já começam a perceber o mundo ao seu redor através da visão, pois é a visão a ponte com todos os outros sentidos, e a mesma permite a associação do som com a imagem, mas no caso das crianças com impossibilidades visuais o a forma, mas precisa de se comunicar e perceber o que acontece ao seu redor é usando os outros sentidos, principalmente o tato e a fala, pois esse serão os olhos que lhe orientará ao longo da vida. Percebemos a importância dos sentidos na visão de Vygotsky quando fala: “[...] A criança começa a perceber o mundo não somente através dos olhos, mas também através da fala. Como resultado, o imediatismo da percepção “natural” é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança’ (VIGOTSKI, 2007, p. 23)

Para o autor os sentidos são fundamentais na vida dos seres para a compreensão do que acontece em sua volta e para o desenvolvimento e aprendizagem das suas faculdades físicas e mentais, principalmente quando se trata de pessoas com algum tipo de deficiência como a cegueira. O aprendizado dos alunos com cegueira na sala de aula acontece também através dos objetos os quais eles têm contato e através dos signos que auxiliam no processo de memorização e mediação dos objetos e coisas de forma simbólica e imaginária, que segundo o autor, “é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a qual a relação deixa então de ser direta e passa a ser mediada por esses elementos”. (OLIVEIRA, 2009, p.28)

Um recurso bem significativo para a aprendizagem dos educandos em sala de aula é a utilização mediadora dos signos, pois os educadores devem adotar essa forma de trabalho visando o intermédio do conhecimento até o aluno para que esses possam compreender o que está sendo ensinado de maneira nítida e eficaz. Sob essa ótica o autor afirma que, “os sistema de signos reestruturam a totalidade do processo psicológico, tornando a criança capaz de dominar o seu movimento. Ela reconstrói o processo de escolha em bases totalmente novas”. (VIGOTSKY, 2007, p.27)

Como se pode observar o aprendizado é uma necessidade de todos e ela se da de muitas maneiras de acordo com a necessidade e com o indivíduo que a necessita. Como é caso das crianças com cegueira, para elas aprenderem é preciso que os professores usem objetos que tenham algum significado e as façam lembrar-se de situações vivenciadas em seu cotidiano. Convém observar que trabalhar com esse tipo de alunado necessita-se de materiais e preparo por parte dos professores, além de um ambiente adaptado e acolhedor, para que os educandos sintam-se acolhidos e familiarizados com esse ambiente. Como mostra os autores ao afirmarem que:

Lembramos que a configuração do espaço físico não é percebida de forma imediata por alunos cegos, tal como ocorre com os que enxergam. Por isso, é necessário possibilitar o conhecimento e o reconhecimento do espaço físico e da disposição do mobiliário. A coleta de informações se dará de forma processual e analítica através da exploração do espaço concreto da sala de aula e do trajeto rotineiro dos alunos: entrada da escola, pátio, cantina, banheiros, biblioteca, secretaria, sala dos professores e da diretoria, escadas, obstáculos. As portas devem ficar completamente abertas ou fechadas para evitar imprevistos desagradáveis ou acidentes. O mobiliário deve ser estável e qualquer alteração deve ser avisada. Convém reservar um espaço na sala de aula com mobiliário adequado para a disposição dos instrumentos utilizados por esses alunos que devem incumbir-se da ordem e organização do material para assimilar pontos de referência úteis para eles (SÁ; CAMPOS; SILVA; 2007, p.22).

Como fala os autores acima, os espaços físicos da escola para receberem alunos com deficiência visual devem ser preparados em toda sua estrutura física, assim como em seu corpo de funcionários, começando do porteiro até a gestão maior da escola, para que todos compreendam o real valor da criança portadora de deficiência para instituição, rompendo com os preconceitos e proporcionando as crianças a satisfação de se sentirem amadas e acolhidas na escola para que possam desenvolver um aprendizado de qualidade para que possa ter uma chance no mercado de trabalho e na vida em sociedade.

Sabemos que a aprendizagem se dá de muitas maneiras, e no caso do portador de cegueira, além do ambiente adaptado, é necessário materiais e recursos adequados, como objetos e coisas que apresentem auto relevo e texturas que facilitem o toque, pois o cego se orienta muito com a audição e principalmente pelo tato, o qual obtém sensações e informações que o proporciona prazer e curiosidade através das coisas que toca. Diante disso é necessário que o docente prepare materiais variados para esses alunos o qual o sistema Braille esteja presente e auxilie na escrita e na leitura, assim como a reglete e a máquina de escrever, outros dois importantes instrumentos na escrita dos alunos com cegueira.

A criança deve compreender as semelhanças e as diferenças sutis, observadas nas várias combinações de pontos que representam as letras e os demais símbolos da escrita. A habilidade de leitura é mais complexa do que a escrita porque requer discriminação, destreza e refinamento do tato. Além disso a posição dos dedos, a coordenação bimanual, e a postura são aspectos importantes a serem considerados porque a técnica de leitura e escrita em Braille depende de movimentos sincronizados das mãos, além da discriminação tátil. Este processo requer mais esforço em um contexto menos estimulante e atraente em relação à multiplicidade de recursos disponíveis para as crianças que enxergam. (DOMINGUES.C; SÁ.E;CARVALHO.S; ARRUDA.S;SIMÃO.V; 2010,p. 50)

Para que as aulas tenham sucesso e desenvolvam bem esses materiais é necessário que a escola prepare os seus funcionários para essa realidade, principalmente os docentes que são responsáveis em preparar esses alunos, por isso que é tão importante à capacitação continuada desses profissionais, e isso implica em dizer que essas capacitações não devem ser cursos rápidos que sirvam para apenas atualizar aquilo que ele já sabe, mas que esteja preparado com cursos de capacitação para deficientes visuais e que o mesmo também possa aprender o sistema Braille para facilitar o entrosamento e forma de repassar o aprendizado para o aluno. Além desses cursos é importante que a instituição comprometida em inserir os alunos com

deficiência, promova reuniões para falar e para buscar soluções para suas dificuldades, permitindo aos mesmos a liberdade de expressão de suas necessidades e potencialidades no que se refere ao seu aprendizado.

### **3 RESULTADOS**

De acordo com os métodos de leitura e pesquisa, este artigo faz-se necessário ressaltar a diversidade do método teórico e do olhar científico que sempre é bem vinda e necessária. Trata-se de um tema direcionado para os dias atuais e o mesmo estar voltado de todos para todos, onde os portadores de deficiências visuais tenham a oportunidade de aprender uns com os outros. Convém enfatizar que é um desafio para todos os profissionais de educação, mas vale ressaltar que uma depende da outra para realmente exista uma educação de qualidade.

O estudo buscou refletir sobre as descobertas, experiências individuais e de interação grupal apresentando um tema de grande importância, onde a criança com cegueira possa formar novos conceitos, atribuindo sentido e significado naquilo que é vivenciado e apreendido. A construção deste artigo foi desenvolvida a partir da nossa vivência, convivência e experiência pessoal, focalizando a inclusão de deficientes visuais no meio social, procurando explicitar ideias, conceitos e princípios norteadores de uma ação educativa, voltada para o respeito e a valorização desses portadores.

É importante ressaltar que através do estudo realizado, foi possível enxergar o verdadeiro significado de inclusão. Mais ainda é preciso que não continue somente na teoria e sim possa acontecer na prática, pois atualmente, este processo continua sendo um grande obstáculo e infelizmente o tradicionalismo se faz presente, segregando o indivíduo com deficiência, causando dificuldades para sua convivência no meio social.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tratando da inclusão de deficientes visuais na escola pública, pode-se dizer que é um trabalho complexo onde é necessário o cumprimento da legislação pelo sistema de ensino, dos docentes, dos familiares, da sociedade em geral, com o objetivo de proporcionar a inclusão desses alunos facilitando a realização de seus sonhos.

Enfim, falar de inclusão é acreditar na transformação e contribuição para a sociedade onde todos os indivíduos possam ser tratados com igualdade, solidariedade e respeito. No entanto, sabemos que os desafios enfrentados na inclusão dos deficientes visuais nas escolas públicas de ensino não dependem somente da instituição, dos professores e pais, mas de apoios políticos, sociais e econômicos, proporcionando uma educação inclusiva de qualidade para todos os cidadãos portadores de deficiências.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Estado da criança e do adolescente. **Lei nº 8069/90 de julho de 1990**. São Paulo: Cortez.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca**, Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, Brasília.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FREIRE, Paulo A. **A pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler; POULIN, Jean-Robert. **Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar**. Fortaleza: UFC, 2010.

MENDES, E. G. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** Apostila produzida para a Mesa-Redonda do LIDE-USP / São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vigotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

ROMAGNOLLI, Gloria Suely Eastwood; ROSS, Paulo Ricardo. **Inclusão de aluno com Baixa Visão na rede pública de ensino: Orientação para professores**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2015.

SÁ, Elizabet Dias de ; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Gráfica e Editora Cromos: Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf). Acesso em: 03 de março de 2015.

SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. **Como Entender e Aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

## CAPÍTULO III

# A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS

*Elaine Cristina de Brito Moreira*

*Wellington Cavalcanti de Araújo*

*Cícero de Sousa Lacerda*

### 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva produz impasses no cotidiano escolar que busca atender efetivamente a diversidade em sua amplitude. Assim, nessa direção, assegura que todas as crianças possam ter acesso a escola, garantindo a oportunidades para todos os indivíduos, inclusive para aqueles que devido as condições econômicas, culturais, raciais ou intelectuais, foram excluídos ou colocados a margem da sociedade, procurando atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, dentre os quais estão aqueles com deficiência física.

A integração consiste na aceitação daquele que se insere no contexto escolar, não é apenas inserir a criança com necessidades educacionais especiais em uma sala de aula ou em qualquer outro meio social. O AEE (Atendimento Educacional Especializado), a sua individualização pressupõe a adequação do atendimento educacional dirigida a cada um, respeitando seu ritmo e características peculiares. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, encontramos o processo de integração e inclusão garantido na rede regular de ensino em seu artigo 58- Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

No Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que no “Art.53, assegura a todos o direito à igualdade condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nesse sentido, a educação é um direito de todos, considerando o atendimento educacional aos alunos com necessidades especiais nas classes ou escolas especializadas, almejando um melhor atendimento ao discente com deficiência física.

Na escola inclusiva, o ensino é um e o mesmo para todos, respeitando as particularidades, as diferenças, tratando de um ensino participativo, solidário e acolhedor, uma educação global, plena, livre de preconceitos, e que reconheça e valorize todos por iguais. Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimento a parte. Priorizar a qualidade de ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. Este trabalho teve como objetivo levar o professor a refletir e construir um saber mais elaborado e uma prática sobre o atendimento aos alunos com deficiência física.

A análise dos resultados será embasada através da metodologia considerando alguns teóricos como: Vygotsky (1996), Aguiar (2001), Mendes (2001), Cásca (2013), Coelho (2010), dentre outros que instrumentaliza favorecendo uma educação de qualidades para todos. É fundamental que se olhe o aluno a partir das suas possibilidades e não dos problemas que são mais visíveis, identificando que adaptações são essas ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional, assim o desenvolvimento da criança está diretamente ligado a sua relação com o ambiente sociocultural e o papel social do outro e a lidar com as diferenças.

Considerando, a importância da formação dos docentes para melhor atuar na sua área e atender as necessidades advindas diariamente no meio escolar. Sendo, este professor conhecedor das especificidades do aluno, ele será capaz de compreender suas atitudes, comportamentos e dificuldades de relacionamento entre os colegas e desenvolvimento das capacidades cognitivas deste aluno com necessidades educacionais especiais. Entende-se que a educação especial é uma das áreas mais complexas de se trabalhar, pois torna-se necessário um trabalho em conjunto para que de fato a inclusão aconteça na realidade do aluno com deficiência física não bastando apenas incluí-lo mas também integrá-lo no meio social ao qual todos temos o direito de cidadãos ativos e participativos.

## 2 CONCEITOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva trata, do princípio de que todos nós temos os mesmos direitos de fazer parte do contexto escolar e participar das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais.

Considerando-se que além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade. “A educação especial é regida por princípios de normalização em que consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições de oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa respeitando-se a individualidade de cada um” (AGUIAR, 2001).

No que ressalta o autor, a educação especial visa atender os alunos com deficiência física, visual, baixa visão, alunos com surdez, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Desse modo, garantir a essa clientela o acesso a todos os alunos ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino e oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde este complementa e ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência dentro e fora da escola. O princípio da integração é direcionado as condições que facilitam a participação do aluno na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito aos direitos e deveres sociais estabelecidos.

Portanto, a escola deve ser um local de construção de da aprendizagem e do conhecimento, e se for o caso até da reconstrução, entendendo que só é possível realizar um bom trabalho no âmbito escolar, se houver parceria mútua entre os profissionais, em que de alguma forma participa da formação e transformação do indivíduo, lembrando que esta não é apenas função do docente como também de toda equipe escolar. Tornando, assim capaz de alcançar os objetivos almejados pela instituição educativa. Partindo do conceito de trechos da Declaração de Salamanca (1994) é mencionado o conceito de inclusão, como:

Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto ajustar-se, às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a

natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. (p.18).

Sobre a Declaração de Salamanca, é de suma importância perceber que para a criança, o espaço, além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de desenvolvimento de si próprio e de outros, porque é no espaço que ele se movimenta, realiza atividades, estabelece relações sociais. Contudo, ainda declara que o ser humano não precisa ser obrigatoriamente, semelhantes uns aos outros em todos os aspectos, pois as diferenças humanas são normais.

O que de fato, precisa ser ajustado é a prática pedagógica de todos os profissionais da educação, devendo ser ajustada as suas necessidades específicas, respeitando seu tempo e seu ritmo de aprendizagem, objetivando o melhor para todos os alunos e a sociedade.

## **2.1 INTERAÇÃO VERSUS INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

A inclusão Especial é um dos fatores fundamentais para a equidade e desenvolvimento da sociedade, onde requer dos profissionais da educação, permanente formação e informação sobre os processos educacionais e necessidades da pessoa com deficiência.

A sociedade, no seu dia a dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência física compartilhando espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação as diferenças. As escolas e instituições atuam ainda de forma limitada, levando grande parte dos alunos à exclusão, principalmente da minoria sejam elas sociais, de grupos étnicos sexuais, e principalmente de pessoas com deficiência. Considerando que, a base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. Quanto à importância do espaço escolar para o desenvolvimento cognitivo do aluno com deficiência física, a autora LIMA afirma que:

Para qualquer ser vivo, o espaço é vital, não apenas para a sobrevivência, mas, sobretudo para o seu desenvolvimento. Para o ser humano, o

espaço, além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de reconhecimento de si e dos outros, porque é o espaço que ele se movimenta, realiza atividades, estabelece relações sociais (LIMA, 1995, p.187).

Segundo Lima o processo de inclusão de todos os alunos na escola básica e em outras instituições não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas escolas.

A partir do ponto de vista mencionado, Ciasca (2013) defende que “[...] a criança nasce em um mundo com passado, em um grupo social que irá transmitir-lhes seus costumes e sua linguagem, e todo conhecimento deverá ser adquirido fragmento por fragmento, misturado a outras experiências pessoais que se desenvolverão progressivamente[...]”. Esse é um direito intransferível não só da criança com deficiência, mas de todas as crianças e ninguém pode negar isso a elas, que é uma educação de qualidade, respeitando-se o mundo da criança, à sua realidade, suas necessidades e especialidades que devem ser consideradas no processo cognitivo da criança.

## **2.2 A PARCERIA ENTRE A FAMÍLIA E A COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

A educação especial e inclusiva faz-se necessário trabalhar em conjunto neste contexto de inclusão de alunos com deficiência física onde, percebe-se uma necessidade urgente de aproximação entre família e escola, oferecendo aos educandos o suporte necessário na garantia do seu desenvolvimento. Diante do trabalho envolvendo a inclusão nas escolas brasileiras, podemos notar grandes desafios que vem sendo encarados cotidianamente, em que se torna uma luta pela sobrevivência tem levado a família a deixarem toda responsabilidade pela educação de seus filhos ou pupilos nas mãos dos educadores escolares e este por sua vez devolvem a família a mesma responsabilidade. Consta-se no ECA(1990), capítulo IV que“§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola”.

Sabemos, o quanto é importante à atuação destas instituições no processo de formação do indivíduo, assim como percebe-se a importância da atuação de um profissional que esteja voltado para a difícil tarefa de reconstruir os laços entre os educadores, educandos e a família. A autora Coelho (2010, p. 68) sugere que deve-se “Proteger os direitos da criança deficiente e de seus pais garantindo esses direitos, por meio da confidencialidade de dados e o envolvimento familiar nos planejamentos e decisões educacionais”.

Para a autora, a família configura-se como uma instituição socializadora, como célula básica da sociedade, considerada como proprietária de uma característica não comum a outras instituições, a família possibilita a realização de vínculos filiais e como instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade, na qual se encontra inserido. E para melhor compreensão do papel da família no desenvolvimento psíquico da criança com deficiência física são fundamentais as contribuições de Lev Vygotsky, em que sua teoria sociocultural é formulada sobre a devida ideia de que o indivíduo se constitui como ser devido aos processos de maturação orgânica, e principalmente, através de suas interações sociais, a partir das trocas que estabelece com seus semelhantes.

Assim, os postulados Vygotskyanos oferecem grandes fundamentos para o desenvolvimento de uma educação baseada nas possibilidades de aprendizagem e também no desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades especiais. Vygotsky (1996), “a família ocupa um lugar privilegiado, por transmitir ao indivíduo a herança cultural própria da família e da sociedade, bem como os elementos essenciais para a sua acessibilidade na escola e sua formação”. Para ele, compreende-se, portanto, que a família e a comunidade desempenham um papel muito importante para o desenvolvimento integral da criança com necessidades especiais. Sendo que, nesse sistema de influência, sob o qual transcorre a formação da criança.

### **2.3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES**

Os profissionais da educação devem ter formação adequada para atender todas as necessidades de aprendizagem do seu aluno. Procurar oferecer uma educação capaz de reconhecer e conviver com a diversidade, promovendo a aprendizagem e atendendo às necessidades da criança individualmente. Cada pessoa tem suas próprias especificidades, sua história de vida, suas necessidades, suas formas de pensar e de

raciocinar, bem como às maneiras de resolver seus problemas e de adaptar-se as diferentes situações do seu cotidiano.

Portanto, o docente precisa entender cada comportamento do aluno, podendo lhes oferecer apoio ao invés de criticá-los. No entanto, a função do professor, vai além do ensinar conteúdos, mas é ele o responsável pela formação educativa da criança com deficiência. Onde, podemos observar que a boa formação do professor reflete nas experiências em sala de aula e na sua atuação docente. Prieto ressalta a importância da formação do professor, quando diz que:

[...] os professores devem ser capazes de analisar os domínios dos conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento dos alunos. (PRIETO, 2006. p. 58).

Referente à citação do autor Prieto, o professor não deve negar a diferença do aluno, mas trabalhar com seus alunos para que a diferença seja compreendida como uma característica do ser humano e que ela não tira a dignidade de ninguém. O aluno especial deve ser avaliado pelo professor, como os outros. Observando sua condição, as provas e avaliações podem ser diferentes na forma.

O professor da rede pública é capacitado para atender às demandas das pessoas com deficiência. Sendo que, o grande problema da capacitação é que muitas vezes ela está distante da realidade da escola, pois os conteúdos pré-definidos pelos professores capacitadores nem sempre atende às reais necessidades dos professores em atuação nas escolas.

Segundo Marchesi (2004), a formação dos professores ainda é muito distante da realidade do alunado e tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade do aluno. Marchesi diz que:

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. [...] Além disso, a formação tem uma estreita relação com a atitude diante da diversidade dos alunos. [...] Essas considerações levam a afirmar que o modo mais seguro de melhorar as atitudes e expectativas dos professores é

desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensinar-lhes. (pg.44).

Dessa forma, o grande desafio para os professores de educação especial, exige que se revejam jeitos e formas de ensinar, onde o professor muitas vezes se depara com a necessidade de alterar seu planejamento de aula, ao perceber que houve mais dificuldades dos alunos para o entendimento de determinado conteúdo. Em função disso, o professor ao se deparar com alunos com necessidades especiais, logo ele irá pensar no seu fazer pedagógico. Segundo Prieto ele, vem a deixar claro que: “a formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para as práticas positivas nas escolas”. No entanto, o professor deve ter a preocupação não só de incluí-lo, mas também a de integrá-lo, respeitando suas características individuais e ainda mais, dar a devida atenção ao aluno em seu processo de inclusão.

### **3 A DEFICIÊNCIA FÍSICA**

A deficiência física é muito comum nas escolas, a existência de portadores de necessidades especiais é tratada como um desafio que se encontra em constantes adequações dos recursos materiais e do próprio ambiente para melhor receber o aluno com necessidades educacionais especiais na escola. No entanto, todos têm o direito a educação escolar, independentemente de suas dificuldades e necessidades educacionais, o aluno deve ser incluído por igual sem nenhuma distinção, neste ambiente em que frequentam.

.Para que o trabalho inclusivo contemple o resultado desejado é necessário que o profissional da área específica atue na escola, desenvolvendo o diagnóstico do aluno com deficiência, oferecendo-lhe um atendimento educacional especializado de acordo com suas necessidades. Para isso, torna-se necessário conhecer as características dos principais fatores causadores da deficiência física, verificando seu grau de gravidade, onde segundo o autor Schirmer et al. (2007), afirma em suas palavras que “o sistema nervoso realiza funções muito importantes para com o nosso corpo”. Diante disso, o Sistema Nervoso recebe várias informações dos diferentes sensoriais, no qual une todas essas informações para determinar a resposta a ser executada pelo corpo e dessa forma

a resposta, é expressada pela fala, pelo equilíbrio interno do corpo, comportamento motor, atividade mental, sono, movimento do corpo, busca por alimentos, entre outros.

É preciso ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, pois, a criança que tem deficiência física ao comprometimento do aparelho locomotor pode acarretar vários problemas, relata Schirmer:

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o Sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular, e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida (BRASIL, 2006, p. 28 apud SCHIRMER, 2007, p. 23).

Segundo o autor às causas referentes às deficiências físicas pode ser de uma doença ou de uma lesão que venha a alterar completamente ou parcialmente um ou mais seguimentos do corpo humano, levando ao comprometimento da função física. Conforme o decreto nº 3.298 de 1999, da legislação brasileira, explicita-se as diferentes formas de alterações no corpo humano, apresentando-as a seguir:

Art. 4º I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Entretanto, o decreto nº 5.296, onde afirma a existência de várias formas de deficiência físicas, classificadas de acordo com o seu grau. No qual, a deficiência referente à paralisia cerebral, em que é originada por lesões ocorridas no cérebro, causa uma série de problemas, manifestando em perda total dos movimentos ou dificuldades na fala. O professor junto com o profissional específico precisa identificar e compreender o nível da deficiência para melhor ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo.

Existem deficiências adquiridas e deficiências congênitas, ou seja, se refere às deficiências trazidas desde o seu nascimento, acarretando dificuldade na locomoção da pessoa, movimento de algum membro do corpo, outros perdem o movimento ou sustentação do corpo e por isso necessitam de cadeira de rodas para poder realizar suas atividades. São chamados de cadeirantes, no qual necessitam de uma escola adaptadas às suas necessidades e professores com formação adequada à essa especificidade. No entanto, verificamos nas palavras do autor Cosmo sobre deficiência física de origem cerebral em que:

As deficiências físicas de origem cerebral são causadas por lesões ocorridas no cérebro que afetam diferentes segmentos do corpo, causando monoplegia quando afeta um membro; diplegia quando afetam dois membros; triplegia se afetarem três membros; quando atingem quatro membros será quadriplegia; e hemiplegia quando todo um lado do corpo é afetado. (DIEHL, 2008 apud COSMO, 2008, p. 10).

Portanto, a afirmação supracitada demonstra se tratar de consequências de alta gravidade, pois a partir de uma lesão que venha a atingir o cérebro, a determinada pessoa está propícia a grandes riscos de ficar paraplégica para o resto da vida. Mas, contudo a pessoa com deficiência física não perde seu valor de cidadão agente e ativo de seus deveres e direitos comuns ao das outras pessoas que complementam o meio social. Desse modo, a pessoa com deficiência física passa a ser compreendido no ambiente escolar como “aluno com necessidades educacionais especiais”, ou seja, esse aluno é merecedor de cuidados especiais e de uma atenção maior.

### **3.1 O ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Sabemos que o aluno é a pedra angular da escola, e é para ele que voltamos toda a atenção, todo o trabalho pedagógico é pensado para o aluno e para melhor atender suas necessidades educacionais. Ao se tratar do aluno com deficiência, o trabalho escolar tende a ser revisto por todos que fazem parte da comunidade escolar, verificando as necessidades específicas do aluno com deficiência física, quanto ao mobiliário e a estrutura da escola, materiais e recursos didáticos adequados para o aluno manipular nas aulas, possibilitando sua aprendizagem de forma participativa e interativa.

As escolas em que possui alunos com deficiência física, esta recebe um apoio específico denominado Atendimento Educacional Especializado (AEE), que objetiva a orientação de alunos e professores quanto à utilização dos recursos nas turmas comuns do ensino regular. No entanto, o autor Prieto menciona em suas palavras a necessidade de ampliação e organização do trabalho com a educação especial nas escolas comuns:

O planejamento é a implementação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re) definição dos papéis da educação especial e do lócus do atendimento desse alunado. (PRIETO, 2006, p. 35).

Com base, na pesquisa apresentada sobre o autor Prieto, entende-se que na educação especial o trabalho deve ser elaborado de acordo com os princípios e as diretrizes educacionais para assegurar a inclusão de alunos com deficiência física e garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular com participação, não organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, considerando suas necessidades

Os alunos de AEE, precisam ser atendidos em sua especificidade como deficientes físicos de acordo com sua definição e grau respectivamente para que possam participar ativamente do ensino comum. Com base nas referidas considerações, analisemos o seguinte trecho no que diz Mendes sobre a educação especial:

O especial refere-se às condições requeridas por alguns alunos que demandam no seu processo de aprendizagem auxílios ou serviços não comumente presentes na organização escolar. Caracterizam estas condições, por exemplo, a oferta de materiais e equipamentos específicos, a eliminação de barreiras arquitetônicas e de mobiliários, as de comunicação e sinalização e as de currículo, a metodologia adotada e, o que é fundamental, a garantia de professores especializados, bem como a formação continuada para um conjunto de professores especializados. (MENDES, 2001, p. 18).

O autor Mendes contempla o conceito de alunos especiais, no qual subtende-se que o aluno especial deve ser assegurado na sala de aula em condições favoráveis para

sua a aprendizagem, provida de serviços e auxílios, como atendimento específico e sala de recursos na própria escola que ofereça o necessário para o desenvolvimento físico e cognitivo do aluno com deficiência.

.O AEE é um serviço especializado que complementa ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora da escola. O atendimento é oferecido nas salas de ensino comum, logo que se é identificado às necessidades específicas do aluno com deficiência. No entanto, a Educação Especial se trata de uma modalidade de ensino que perpassa os níveis e etapas e todas as modalidades da educação superior e básica. Segundo o que afirma a Sustentação Legal da Convenção da Guatemala/2001, onde diz que:

Prevê impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. Define como discriminação toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência [...] que tenha o efeito ou propósito o de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art.1. no 2, “a”).

Ao mencionar sobre o tratamento dirigido ao deficiente, a Convenção de Guatemala dar sua definição sobre discriminação, onde é apresentado como exclusão ou diferenciação do ser com deficiência. Nota-se na citação que, se trata de discriminação toda ação de recusar o portador de deficiência física de exercer seus direitos e gozar de suas liberdades fundamentais como todo ser humano. Um dos direitos em comum é o acesso e permanência à escola, onde deve-se oferecer formação para sua vida e construir sua identidade a partir dos confrontos com as diferenças e da convivência com a sociedade.

Considera-se, que a Política Nacional de Educação Especial trabalha de braços dados com inclusão de alunos com deficiência, garantindo o acesso de todos os alunos ao ensino. Por isso, a Política Educacional tem em um de seus objetivos a adaptação do acesso à escola num todo para deficientes físicos. Prieto (2006) menciona em suas palavras que: “Para que haja o acesso condicional de alunos com necessidades educacionais especiais à classe comum e nela os alunos se adaptem, deve haver organização administrativa e pedagógica”. (p.39). A Inclusão, não se trata de matricular o aluno com necessidades educacionais especiais na escola, mas do comprometimento

do professor, da escola, da comunidade, da família e não esquecendo, das Políticas Públicas Educacionais.

Como mostra a assistência imagem a seguir, o aluno com deficiência física é incluído no ambiente escolar, onde ele é agente ativo da sua própria aprendizagem e do seu desenvolvimento cognitivo. A imagem retrata uma criança com deficiência física interagindo e desenvolvendo atividades com outras crianças na sala de aula, verificamos que se trata de um trabalho conjunto, em que todos contribuem para atender suas necessidades não só educacionais, como também de aspecto afetivo.

Contudo, podemos observar por meio dos resultados, que o trabalho de inclusão de alunos especiais não é simplesmente jogar o aluno na sala de aula. Mas, trata-se do cuidar e do educar visando a sua integração na vida em sociedade, atendendo e contemplando suas necessidades e peculiaridades. Devemos considerar que para o aluno obter acesso às demais áreas do conhecimento é preciso romper barreiras que impliquem no desenvolvimento desse aluno, como mostra a imagem em que a escola necessitou- se de adaptações direcionada na necessidade do aluno, sendo que pode-se observar que o aluno com deficiência está utilizando o computador através do pé. Assim o uso da tecnologia é de suma importância para a formação do aluno, pois é um meio de socialização e interação entre os demais discentes, o professor e os recursos tecnológicos.

Nesse sentido, cabe questionar se a escola está preparada para garantir a efetiva aprendizagem das crianças com deficiência física nas séries iniciais? Diante disso, toda a instituição escolar na realidade não está preparada ainda para receber alunos especiais. Mas é obrigação da escola pensar na prática pedagógica para levar o aluno a um ambiente de confiança, respeito e colaboração com os colegas da mesma série que eles frequentam ou seja, a partir de incentivos e mediações do professor, e de toda a instituição escolar deve levar o aluno a compreender seus estímulos e avançando cada vez mais no seu processo de evolução. Portanto, cabe à escola verificar meios possíveis para que o aluno não se sinta excluído daquele meio social. Toda a instituição escolar deve propiciar adaptações necessárias e recursos pedagógicos adequados e se possível um apoio de professor auxiliar para atender as necessidades pessoais deste aluno com deficiência física. Assim, levando a criança a uma aprendizagem mais eficaz e proporcionando o mesmo a transportar conhecimento no ensino / aprendizagem.

Assim, o professor junto com o profissional específico precisa identificar e compreender o nível da deficiência para melhor ajudá-lo no seu desenvolvimento. Com a participação plena nas atividades e nos diálogos e discussões de assuntos tratados durante a aula, propiciando a aprendizagem e a continuidade dos níveis mais elevados de ensino, estimula à participação da família e da comunidade. Nota-se, que ainda existe escolas não adaptadas para receber alunos com deficiência, mas é um fato desagradável e desrespeitoso para com aqueles que precisam de atenção e respeito.

Verifica-se portanto que é necessário pensar na prática pedagógica em si, cabe a escola estabelecer as bases para um clima favorável na sala de aula, pois, é preciso pensar nas crianças como um ser humano ativo e incluí-lo em atividades grupais, assim os levam a um crescimento, independentemente de suas diferenças, envolvendo professores, coordenadores, diretores, funcionários ( faxina, cantina, administração), são fundamentais no evolução de cada aluno na sala de aula, principalmente aquele com deficiência física.

Assim, “Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina respeitar” (MANTOAN, 2011, p. 24-26). A autora ressalta que as grandes lições para professores e alunos, é preciso haver o respeito e solidariedade que são atitudes importantes na busca de uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas devem cumprir as leis.

Contudo, é compreensível que se considere o lúdico no trabalho com deficientes por ser um meio motivador da aprendizagem e desenvolvimento das habilidades físicas, visando a sua integração na vida em sociedade, atendendo e contemplando suas necessidades e peculiaridades.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos estudos e pesquisas referente ao tema abordado, na realidade é um assunto que perpassa da função de educar alunos para torná-los cidadãos agentes na sociedade. É muito mais, que afirmar que o aluno com deficiência está incluído na sala de aula ou na escola. No entanto, é um trabalho no qual requer muito amor para com sua profissão e sua função de educar e cuidar, formando seres humanos conscientes de seus deveres e direitos dentro da sociedade.

É pertinente dizer que, na sociedade atual ainda existe o preconceito e o desrespeito com pessoas deficientes, quando é negado o direito do portador de ir e vir, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como qualquer outra pessoa, bem como o respeito à dignidade que deve existir perante as diferenças. A Inclusão, não se trata de matricular o aluno com necessidades educacionais especiais na escola, mas do comprometimento do professor, da escola, da comunidade, da família e não esquecendo, das Políticas Públicas Educacionais.

Todos, temos o dever de trabalhar em conjunto para que a inclusão aconteça realmente, de fato que a escola em sua função educadora se torna um elo entre a família e comunidade escolar, mantendo uma interação necessária para melhor auxiliar o aluno em suas dificuldades. Percebe-se, que para o docente a missão é dificultosa, devido as diferentes e múltiplas deficiências onde, deve-se ao professor procurar apoio, formação e informação sobre essa deficiência.

Porém, o docente que não procura a devida formação não consegue oferecer a atenção adequada ao aluno especial em suas necessidades educacionais. Portanto, muitas mudanças foram feitas, mas ainda é muito visível a discriminação ocorridas nas escolas e sociedade em geral, deixando visível a falta de recursos, à mau remuneração de professores que tem em sua sala um e até mais de um aluno especial em sua sala sem ter apoio de um auxiliar de sala.

Muitas escolas ainda não possuem sala de recursos para melhor atender o aluno. Verifica-se, a falta de interesse dos governantes em fazer vigorar as tantas leis existente nas Políticas Públicas, pois não adianta existir leis, se não são postas em ação. Por fim, os direitos são nossos e nós mesmos devemos cuidá-los para não passar por esquecidos perante a sociedade.

O professor de educação especial é muitas vezes instruído a trabalhar seguindo um parâmetro, de acordo com o que lhe é sugerido no decorrer de sua formação, porém os profissionais de educação especial devem considerar a realidade em que esse aluno se encontra, procurando conhecer o aluno e o seu meio familiar. Verificando, a importância do apoio e da atenção necessária para que o portador de necessidades especiais se sinta bem acolhido e aceito por todos, tornando o processo de inclusão em todos os âmbitos, bem mais simplificado.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. F. V. **Procedimentos didáticos metodológicos utilizados pelos professores da APAE:** o processo de alfabetização dos alunos portadores de deficiência mental moderada. Dissertação de mestrado em educação. (2001).
- AMAZONAS & LIMA. Maria Cristina Lopes de Almeida, Albenice de Oliveira. Família: **diversos dizeres** Org. Maria Cristina de Souza Brito. et. Al). Recife. Ed. Bagaço, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, Brasília.
- BRASI, **Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional.** (Lei 9.394/96). Brasília, 1996.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro 1988. Brasília: disponível em <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em 20 de março de 2015.
- CIASCA, Sylvia Maria. **Distúrbio de Aprendizagem:** Proposta de Avaliação Interdisciplinar. São Paulo. Editora Casa do Psicólogo, 2013.
- COSMO, R.R. **Incluir:** é hora de aprender. Cascavel: Secretária de Estado e Educação, 2009.
- CURY, C, R, J, Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Caderno de pesquisa.** São Paulo, v. 35, nº 124, 2005, p. 11-40
- MADEIRA-COELHO, C.M. **Inclusão escolar.** In: MACIEL, D.A. BARBATO, S. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. UNB/UAB, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Euglé. **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed. Petrópolis: Vozes 2011.
- MARCHESI, Álvaro. **A Prática das Escolas Inclusivas** In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: **Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora Artmed, Porto Alegre, 2004
- MENDES, E.G. Perspectivas Atuais da Educação Inclusiva no Brasil. **Anais do III encontro de Educação Especial da UEM.** Maringá, p. 15-35, 2001.
- PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos. Summus Editorial, São Paulo, 2006.
- SCHIRMER, C.R. COSTA, C.M.A. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** Brasília: MEC, 2007.
- VIGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## **CAPÍTULO IV**

# **A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

*Cicero de Sousa Lacerda*

*Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha*

*Wellington Cavalcanti de Araújo*

### **1 INTRODUÇÃO**

A Sociedade passa por mudanças constantes, e o processo de inclusão é de fundamental importância para que os indivíduos que apresentam necessidades especiais possam interagir adquirindo um desenvolvimento integral de forma significativa, e para isso, levam em consideração as contribuições e benefícios da ludicidade aplicados nas salas de aula, para auxiliar o processo de ensino - aprendizagem.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a ludicidade como ferramenta de inclusão para alunos com deficiência intelectual que é uma restrição do ser humano em exercer algumas funções básicas de sua vida diária.

No decorrer deste trabalho vai sendo exposto o entendimento do estudo bibliográfico realizado sobre a importância da ludicidade como meio de inclusão escolar e ampliar uma nova visão sobre a aprendizagem de alunos com deficiência intelectual.

Diante disso, fica evidente que é competência da escola e dos professores trabalhar com metodologias que incluam a ludicidade com o intuito de favorecer um ensino prazeroso, o que contribui para a ampliação da autonomia e de conhecimentos.

Os fatores que prejudicam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual são: memória de curto prazo e dificuldade em interagir com as demais pessoas. Procuramos enfatizar o processo de inclusão, que de forma geral ainda

representa um desafio para toda comunidade escolar, algo com o que concorda Rita Vieira:

As condições para o desenvolvimento de um ensino que atenda as diferenças devem levar em conta as características dos alunos respeitando o seu estilo de aprendizagem, ritmo, nível de desenvolvimento intelectual, características do funcionamento cognitivo além de seu desenvolvimento afetivo-social(...). Nesse novo paradigma, é preciso repensar a cultura do individualismo que ainda predomina na escola (2010 p.19).

Diante desta problemática estabeleceremos o objetivo deste trabalho que é melhorar as condições de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual por meio do lúdico e orientar a todos os envolvidos com alunos especiais para que participem e consigam uma educação de qualidade, onde os alunos sejam atendidos independentemente de suas necessidades, estimulando as suas potencialidades na construção do conhecimento.

O estudo teórico desta pesquisa será feito por meio dos autores: Maria Teresa Eglér Mantoan, Rita Vieira de Figueredo, Anache, Fontana, Fonseca, Januzzia coleção do MEC (a Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar).

Este trabalho está dividido em quatro partes: na primeira etapa, trata da legislação sobre a educação inclusiva no Brasil, a segunda parte aborda resumidamente as características inerentes a Deficiência Intelectual; na terceira parte, descreve o papel do lúdico no processo de ensino-aprendizagem a quarta parte aborda os resultados da pesquisa e para finalizar as considerações finais.

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSÃO NO BRASIL**

A educação é um direito de todos. Isto é esclarecido no decreto nº7.611 de novembro de 2011. Portanto, a partir deste decreto começou a busca de fundamentos legais em prol da educação para todos, sendo que estes devem garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem de seus educandos, independentemente de suas diferenças. Como esclarece o artigo 1º e os incisos I e II do decreto citado acima:

Artigo 1º Dever do estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivo de acordo com as seguintes diretrizes:

I Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades,

II Aprendizado ao longo da vida.

Dentre os documentos que asseguram o atendimento para os alunos com necessidades educacionais especiais podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), o estatuto da criança e do adolescente, a Constituição de 1998, e a Declaração de Salamanca. A inclusão é muito defendida e debatida, mas na prática é uma situação que precisa ser planejada de forma que venha atender a todos, almejando o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem. Sobre isso esclarece Mantoan:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudança nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (2006, p. 23)

A inclusão está presente cada vez mais nas escolas e é preciso agir, pois de nada adianta ficar esperando que as mudanças ocorram sem nada fazer. Cabe à escola e aos educadores fazerem o possível para que estes educandos sejam realmente incluídos e aceitos.

Nesta perspectiva, todo indivíduo tem direito a ser incluído na escola e na sociedade, pois na atualidade as diferenças são bem mais aceitas do que no início da história da humanidade, onde ter um deficiente na família era vergonhoso e até mesmo considerado um castigo divino. A inclusão depende de mudança de valores sociais e a vivência de um novo paradigma, levando em conta as diferenças.

Sobre isso acrescenta Rita Vieira:

As noções de exclusão e de inclusão sociais evoluíram de maneira muito importante. As transformações profundas e rápidas vividas por numerosas sociedades no mundo, desde a segunda metade do século XX, com certeza, não

são alheias à evolução dessas noções, assim como foi também o caso para a noção de deficiência. A escola não escapou a esta regra. Com efeito, desde os anos de 1960, a concepção do aluno com deficiência ou com dificuldade de adaptação ou de aprendizagem, assim como do quadro educativo susceptível de favorecer sua adaptação escolar se transformou e segue, em suma, uma trajetória bastante semelhante à das noções de exclusão e de inclusão sociais, assim como a da deficiência. (2010 p. 25).

Um dos pontos primários da inclusão é aceitar as diferenças, amar e buscar desenvolver um esforço extra, ou seja, é o caso do professor trabalhar mais amparado por uma especialização especial dentro de sua carga horária. Pois, o professor tem na maioria das vezes uma sala superlotada e deve trabalhar com todos de forma harmônica e eficaz, buscando a construção do conhecimento e a participação de forma ativa do processo de aprender sem ter um suporte que lhe ampare nos momentos mais conflitantes.

O trabalho docente deve sempre estar permeado por um processo reflexão-ação-reflexão, tarefa cada vez mais exigente, pois o professor precisa preparar sua aula e refletir sobre ela, ter claros objetivos que quer alcançar com as atividades. Realidade às vezes adversa nas escolas, pois infelizmente convive-se com educadores que não preparam atividades, apenas seguem um livro didático e não refletem sobre o que realmente querem alcançar com aquele conteúdo. Segundo Mantoan:

Os professores do ensino regular e especial têm necessidade de rever seus papéis e de atualizar seus conhecimentos e práticas, de modo que todos possam reconhecer e valorizar as diferenças, sem que em nenhum momento tenham de desconhecer o direito indisponível e incondicional de todos os alunos da escola comum. É de acordo com essa maneira de trabalhar que vou enfrentando os problemas e atingindo o que pretende nas escolas (2006, p.95).

Portanto, o mais importante é saber como o aluno se desenvolve, conhecendo sua deficiência, mas não dando ênfase a está como um entrave no processo, e sim, sabendo trabalhar com ela para que o mesmo se torne um ponto para o alcance de novos objetivos, fazendo o aluno crescer, acima de tudo, pois para o aluno com necessidades educacionais especiais, simples gestos muitas vezes correspondem a grandes conquistas.

Sendo assim, a escola exerce papel potencializador para o desenvolvimento, pois ela é um rico espaço interativo, mediado por diferenças, um local de interação social, onde a troca de conhecimentos pode muitas vezes estimular o desenvolvimento do aluno especial, criando o que Vygotsky (1998) chama de zona de desenvolvimento proximal, isto é, a distância entre o nível de desenvolvimento potencial e a solução de determinados problemas através da orientação de um adulto ou em elaboração dos demais colegas que são mais experientes e capazes, ou seja, processos de elaboração compartilhados possibilitam a construção de novos aprendizados, que paulatinamente o auxiliem a superar suas necessidades.

Como observa Fontana:

Além disso, o desenvolvimento proximal como desenvolvimento de elaboração possibilita a participação do adulto no processo de aprendizagem da criança. Para consolidar e dominar automaticamente as atividades e operações culturais, a criança necessita da mediação do outro. O mero contato da criança com os objetos de conhecimento ou mesmo sua imersão em ambientes informadores e estimuladores não garantem a aprendizagem nem promove necessariamente o desenvolvimento, uma vez que ela não tem, como indivíduo, instrumental para organizar ou recriar sozinha o processo cultural (1997, p. 65).

Desse modo, o desenvolvimento da aprendizagem do educando aciona vários processos internos, o que Vygotsky chama de internalização: “na internalização, a atividade interpessoal transforma-se para constituir o funcionamento interno (intrapessoal)” (apud Fontana 1997 p.60), ou seja, na relação com o outro a criança reconstrói internamente as formas culturais e de pensamento, assim como as suas significações e os usos da palavra que com ela foram compartilhados.

## **2.1 Política Brasileira**

O processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola pública passa por grandes desafios e ao mesmo tempo por possibilidades de aprendizagem: sabe-se que os alunos com deficiência têm o direito à educação em sua plenitude, portanto, torna-se indispensável propor atividades que estejam de acordo com suas necessidades e que não sejam focadas apenas nas suas limitações e diferenças.

Mantoan esclarece:

As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade, particularmente nas sociedades complexas do século XXI. Assim, neste século em que o próprio conhecimento e nossa relação com ele mudaram radicalmente, não se justifica que parte expressiva da sociedade continue apegada à representação da escola transmissora de conhecimento e valores fixos e inquestionáveis (2006, p.33).

Ao contrário, concentram-se nas possibilidades de crescimento, de superações e de aprendizagem. Essas possibilidades e aprimoramento são importantes para que os alunos possam passar pela experiência da escola e explorá-la de forma prazerosa.

Sabe-se que as mudanças que estão acontecendo na escola regular de ensino são uma exigência das políticas públicas de inclusão escolar dos alunos com deficiência e representam o direito de poder ter as mesmas vivências dos demais alunos.

A LDB nº 9393/96, em seu capítulo V art. 58, define educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais. Seus dois primeiros parágrafos apontam que:

§1º - Haverá quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º - As Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica, resolução CNE/CBE nº 2/2001 determinam no art. 2 que: os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Sobre isto Mantoan complementa que de acordo com a lei:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 96) deixa claro que o ensino especial é uma modalidade e como, tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis – da escola básica ao ensino superior. Haja vista as

portarias e demais instrumentos pelos quais a educação garante aos alunos universitários a presença de intérpretes, tecnologia assistiva e outros recursos em sala de aula comum. Há que assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos e não retirar do Estado, por nenhum motivo, essa obrigação, exigindo, postulando o cumprimento das leis, para atender às necessidades educacionais de todos. (2006, p.25).

Além das políticas públicas de inclusão de pessoas deficientes nas escolas, outro instrumento importante na efetivação dessas políticas é o Projeto Político Pedagógico (PPP). O processo de inclusão nesse documento nas escolas regulares de ensino, como eixo norteador de ações que devem ser desenvolvidas para atender a reais necessidades específicas da demanda escolar o PPP deve ser um instrumento técnico e político que delineie os princípios e objetivos de ordem fisiológica, política e teórica, permitindo programar e articular os fundamentos que orientam a proposta educacional.

A escola é um reflexo da vida social, pois desde a educação infantil deve-se trabalhar de forma diversificada orientando os estudantes sobre a importância de viver a experiência da diferença desde cedo. Desta forma, não terão muitas dificuldades de vencer os preconceitos. O processo inclusivo possibilita que todos tenham seu lugar na sociedade.

O modelo de escola inclusiva precisa oferecer adaptações físicas, além de apoio pedagógico individualizado em paralelo às aulas regulares. As práticas de aprendizagem precisam ser reformuladas, para que todos os alunos aprendam ao seu modo, de acordo com o seu tempo.

## **2.2 Deficiência Intelectual**

Deficiência intelectual ou deficiência mental como era antigamente conhecida é um termo que é dado quando um indivíduo apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas com as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social e acontece geralmente antes dos dezoito anos de idade.

As causas mais comuns desta deficiência estão os fatores de ordem genética as complicações durante o período de gestação, parto ou pós-natais. Estas limitações como

já foram citadas provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas, isso não quer dizer que todos os portadores de deficiências tem as mesmas limitações, essa variante ocorre de acordo os estímulos que lhe ofertado, com o meio social onde a pessoa vive e principalmente no âmbito familiar.

Desse modo, Anache (2010) relata que:

Na abordagem histórico-cultural, as funções da aprendizagem não são funções específicas limitadas à aquisição de habilidades. Elas contêm uma organização intelectual que permite a transferência de um princípio geral descoberto durante a solução de uma situação para outras tarefas ou situações, o que implica a articulação entre os aspectos intersíquico e intrapsíquico (p.53).

As crianças com atraso cognitivo podem precisar de mais tempo para aprender a falar, caminhar e aprender as competências necessárias para cuidar de si, tais como: vestir-se ou comer com autonomia. É natural que enfrentem dificuldades na escola, mas aprenderão, apenas necessitando de mais tempo. É possível que algumas crianças não consigam aprender algumas coisas, mas como qualquer pessoa que também não consegue aprender tudo.

Em síntese podemos dizer que a pessoa com deficiência intelectual variando de em cada ser apresenta comprometimento na fala, o que o leva também a apresentar pouca interação, falta de desejo em se relacionar, autoestima baixa e o QI abaixo da média populacional, mesmo assim não podemos dizer que o ser humano com deficiência intelectual é um ser antissocial, pois a casos que eles conseguem se relacionar bem e até manter uma união estável. Sobre o funcionamento intelectual compreendermos que:

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente as demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, desempenho na família e comunidade, independente na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho.”(MEC, 1997 p.27)

Os indivíduos com deficiência não agem de forma autônoma em relações pessoais e atividades escolares, porque rotineiramente se percebe que as pessoas que estão ao seu redor os tratam com muito cuidado, superproteção, subestimação e infantilização, o que termina limitando o ser humano a realizar as suas potencialidades. Isto significa que em nossa sociedade há uma tendência em sensibilizar o indivíduo com deficiência a perceber que seu mundo é diferenciado. Desse modo, Januzzi (1992) enfatiza que:

Também se tem observado que existe uma “infantilização” do “deficiente”, tanto que é comum encontrar-se instituições escolares que trabalham com adolescentes a prática de cantos, e de atividades completamente em desacordo com os muitas vezes robustos e desenvolvidos corpos. Isto também ocorre com as famílias, e desta forma, embora de camadas sociais que necessariamente ingressam mais cedo no mercado de trabalho, em relação aos “deficientes”, há o prolongamento da infância (p 56-57).

Para Vygotsky (1991) o ensino da criança com deficiência intelectual deve visar à superação das dificuldades inatas, isto significa que, é preciso a todo o momento impulsioná-las a desenvolver o pensamento abstrato e aprimorar nestes sujeitos aquilo que está faltando no seu próprio desenvolvimento. É preciso oportunizar um avanço elevado e intensificado aos indivíduos com deficiência intelectual, a partir da criatividade, a fim de que estes estímulos os levem a compensação.

No âmbito escolar é perceptível uma grande dificuldade em trabalhar com alunos com deficiência intelectual, pois a escola não está preparada para inclusão dessas criança. Porque muitas vezes não conhece ou compreende a deficiência intelectual e termina ficando muito preocupado em apenas tentar alfabetizá-lo e termina deixando-a no canto da sala com atividades diferenciadas de pintura ou recorte. Enquanto deveria ser o contrário, o professor deve tratá-los como os demais oferecendo-lhe a oportunidade de opinar, de escolher enfim, de participar das atividades mesmo que com algumas limitações.

O diagnóstico da deficiência intelectual acontece com a observação de dois pontos importantes. Um é a capacidade do cérebro da pessoa para aprender, pensar, resolver problemas, encontrar um sentido do mundo, uma inteligência do mundo. Esta capacidade chama-se funcionamento cognitivo ou funcionamento intelectual. Outro

ponto é a competência necessária para viver com autonomia e independência na comunidade em que se insere. A esta competência chamamos comportamento adaptativo.

Enquanto o diagnóstico do funcionamento cognitivo é normalmente realizado por técnicos devidamente habilitados (psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogo, etc), o funcionamento adaptativo deve ser objeto de observação e análise por parte da família, dos pais e dos educadores que convivem com a criança.

Durante as leituras realizadas sobre a deficiência intelectual, observa-se que as competências são muito importantes para a organização desse comportamento adaptativo: as competências de vida diária como vestir-se, tomar banho, comer; as competências de comunicação, como compreender o que se diz e saber responder; e as competências sociais com os colegas, com os membros da família e com outros adultos e crianças.

Para realizar um diagnóstico sobre deficiência intelectual é necessário que os profissionais estudem as capacidades mentais da pessoa e as suas competências adaptativas. Estes dois aspectos fazem parte da definição de atraso cognitivo comum à maior parte dos cientistas que se dedicam ao estudo da deficiência intelectual.

### **2.3 PAPEL DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

A ludicidade se faz presente no cotidiano das crianças, é por meio dos jogos e brincadeiras que a criança ultrapassa seus próprios limites, adquirindo autonomia. O lúdico é visto no espaço escolar como uma forma de estimular o processo ensino aprendizagem. Como afirma Barros:

É brincando que a criança aprende a distinguir seus desejos e fantasias da realidade inicialmente o mundo do faz de conta não tem fronteiras bem estabelecidas. Aprende a escolher, e decidir, a ter autonomia, e iniciativa, numa atividade em que, a ter certo ponto segue seus próprios caminhos, seleciona seus companheiros e o tipo de brincadeira ou brinquedo, a forma de brincar, o lugar e hora de fazê-lo. Este é o melhor remédio para descarregar energia, e permitir a criança dominar e resolver situações difíceis e conflitos provocados pelas exigências dos adultos, já que pode expressar aí impulsos e desejos que são reprimidos pela educação, sem ser castigada, sem entrar em choque com o ambiente ou com sua própria consciência. (Barros, 1987, p. 196).

É claro que o brincar se enquadra no processo de desenvolvimento infantil, sobretudo com o processo de educação para uma sociedade que ver o lazer como parte integrante do processo de humanização para as futuras gerações.

O brincar permite à criança um espaço para a resolução de problemas que as rodeiam, conduz a relacionamentos grupais que facilita o crescimento, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo e com os outros. O brincar é mais que um divertimento.

As atividades lúdicas na infância despertam na criança todas as suas vontades e principalmente o jogo passa a ser sua própria vivência, tanto é que antes de ingressar na escola, a criança em casa já tem contato com a ludicidade.

Piaget, aborda em diversas de suas obras fatos e experiências lúdicas aplicados em crianças, considerando os jogos como meios de contribuir para o desenvolvimento intelectual, até mesmo os jogos que antecedem o período escolar denominados por ele como pré-operatórios, não desenvolvem somente o instinto natural, mas também a representação simbólica vivida pela criança. À medida que a criança se desenvolve, os jogos tornam-se mais significativos.

A educação lúdica integra, profundamente uma prática com objetivos que explicam as relações do ser humano em seu contexto histórico, social e cultural, enfatizando as relações pessoais por relações reflexivas, criadoras e socializadoras, onde a educação traduz-se por um compromisso planejado, consciente e intencional.

Dessa forma o jogo apresenta sempre duas funções no processo ensino-aprendizagem. A primeira é lúdica, onde a criança encontra o prazer e a satisfação no jogar, e a segunda é educativa, onde através do jogo a criança é educada para a convivência social, já que o mundo à qual faz parte possui regras das quais precisam serem conhecidas. A criança estando em um constante processo de desenvolvimento, ela brinca porque a brincadeira propõe subsídios. Além de estimular a coordenação motora, desenvolver o raciocínio lógico e a percepção das crianças, os brinquedos educativos conseguem algo de grande importância: a participação dos pais, quando se depara com o brinquedo educativo, a conversa com os pais e a troca de opiniões surgem naturalmente.

Os brinquedos educativos ajudam no desenvolvimento da maturação neurológica, emocional e coordenação motora da criança, dependendo da forma como você enxerga, cria ou manipula, qualquer brinquedo pode ser educativo, por isso a participação dos pais é importante, porque o adulto torna qualquer brincadeira interessante, em vez de

encher a agenda da criança de atividades, basta sentar com os filhos e brincar, isso ensina tudo isso que ela necessita para se tornar uma pessoa mais independente.

Quanto mais tempo as crianças puderem viver sua infância, melhor, é nessa fase da vida que elas fazem descobertas e também é um período em que o corpo e a mente estão em constante transformação. Entretanto, as brincadeiras com amigos são importantes, pois é por meio do convívio social que as crianças se desenvolvem e têm noções psicológicas da vida.

É relevante que os jogos sejam escolhidos e trabalhados com o intuito de fazer a criança ultrapassar a fase de mera tentativa e erro, ou simplesmente pela diversão, por isso é importante a escolha de uma metodologia de trabalho que permita a exploração do potencial dos jogos no desenvolvimento de todas as habilidades.

Podemos perceber que a relação entre jogo lúdico e educação de crianças é muito próxima e por isso a união da mesma pode favorecer o ensino de conteúdos escolares como recurso para motivação no ensino às necessidades do educando, facilitando inclusive o desenvolvimento, da leitura e da escrita em seu devido tempo. Pode-se dizer assim, que o lúdico enquadra-se numa abordagem multidisciplinar, intercalando-se numa relação cognitiva, biológica, social e recreativa.

Na era da tecnologia, os jogos e brinquedos eletrônicos vêm acompanhados de um manual, onde descreve todas as maneiras de brincar, para tal, diminui o processo de imaginação, fantasia e aumenta a comodidade das crianças, reduzindo assim a sua criatividade. Não é desmerecendo os avanços tecnológicos, pois, estes apresentam grande relevância na vida dos seres humanos, mas o que entra em questão é o fato que estes instrumentos sejam utilizados de forma inteligente sem que crie uma dependência.

Mas, ao falarmos de jogos não devemos esquecer de trabalhar com os jogos, brinquedos e brincadeiras mais antigas como: amarelinha, cata-vento, pega varetas, peteca entre outras, que além de ser um resgate da cultura popular são atrativos para as crianças, e o melhor ainda ajuda no processo de ensino e aprendizagem.

O trabalho com o lúdico é uma das alternativas para a aprendizagem, pois o lúdico é uma ferramenta mais tranquila e prazerosa possibilitando o alcance de diversos níveis do desenvolvimento. Necessitando de um apoio do professor para explorar alguns conteúdos necessários no processo de ensino aprendizagem.

### **3 RESULTADOS DA PESQUISA**

Com base nas leituras realizadas em prol deste trabalho percebemos que a ludicidade segundo vários autores é um recurso pedagógico que torna uma atividade com grande valor educativo. Compreender a brincadeira como mais um eixo organizador do trabalho é de fundamental importância, pois é através dela que se estabelece o vínculo com o imaginário. A criança organiza o seu pensamento através de vivências simbólicas, elaborando o seu real, trabalhando a imaginação e construindo a realidade através da fantasia. A brincadeira é uma atividade humana e social, produzida a partir de seus elementos culturais. Quando trabalhamos dramatizações, teatro e outros, a criança trabalha com imitação e a representação, desenvolvendo sua autonomia e formulando regras de convívio em grupo, dentre outros.

A ludicidade é uma ferramenta fundamental na vida das crianças, pois, por meio da interação que é estabelecida nas brincadeiras a criança constrói diversas capacidades, não só intelectuais, como emocionais também. Além de ser uma fonte de prazer e socialização, a brincadeira pode ser uma poderosa fonte de descoberta do mundo, sem esquecer que expõe o pertencimento a determinada cultura.

Portanto, a brincadeira é uma forma privilegiada de aprendizagem, na medida em que vão crescendo, as crianças portadoras de necessidades especiais trazem para suas brincadeiras o que vêem, escutam, observam e experimentam. As brincadeiras ficam mais interessantes quando as crianças podem combinar os diversos conhecimentos a que tiveram acesso.

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo bibliográfico sobre a ludicidade o que nos fez perceber que ela é uma ferramenta que pode contribuir para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. Este estudo também tornou possível compreender um pouco dos fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) e alguns decretos, que tratam da educação inclusiva no Brasil.

Vimos que as leis estão aí para serem cumpridas, mas, no entanto ainda há muita carência nas questões de recursos humanos, materiais e infraestrutura. Diante disso podemos dizer que para a inclusão acontecer é preciso: estrutura física adequada, professores que realize um trabalho docente por meio do processo reflexão-ação-reflexão, com claros objetivos do que quer alcançar com as atividades propostas, que tenha especialização, realidade que é adversa nas escolas, com pouco comprometimento

teórico com o problema, ou seja, bem atualizados e qualificados em sua formação inicial, continuada e estudos constantes sobre a inclusão de todos e acima de tudo isto, a vontade política para que estas necessidades sejam supridas.

Existem políticas públicas de inclusão escolar dos alunos com deficiência e representam o direito de poder ter as mesmas vivências dos demais alunos este desafio está lançando falamos isto com base nos estudos realizados para concretização deste trabalho que é incluir o aluno com necessidades especiais nas atividades coletivas considerando suas limitações e suas potencialidades e aceitando suas diferenças, outro instrumento importante na efetivação dessas políticas é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que é instrumento técnico e político e eixo norteador de ações que devem ser desenvolvidas para atender a reais necessidades específicas da demanda escolar o PPP deve delinear os princípios e objetivos de ordem fisiológica, política e teórica, permitindo programar e articular os fundamentos que orientam a proposta educacional.

Porém espera-se que os resultados sejam positivos no que se refere ao cumprimento das leis e decretos que tratam da inserção de alunos com deficiências nas escolas e em toda a sociedade, proporcionando socialização e acima de tudo, ver o progresso da aprendizagem do aluno.

## REFERÊNCIAS

ANACHE, Alessandra Ayach. As contribuições da abordagem histórico- cultural para a pesquisa sobre os processos de aprendizagem da pessoa com deficiência mental. In: Educação especial: diálogo e pluralidade/ organização de Cláudio Roberto Batista, Kátia Regina Moreno Caiado e Denise Meyrellesde Jesus... et alii. Porto alegre: Editora Meditação, 2010.

BARROS, C. S. G, **Pontos de psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental **Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96)** . Brasília: MEC, 1997.

FONTANA, R. E CRUZ; M.N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.

JANNUZZI, Gilberta M. Oficina abrigada e a “integração do deficiente mental”. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-63. 1992.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FIGUEREDO, Rita Vieira de. **Escola, Diferença e Inclusão** – Fortaleza: edições UFC, 2010.

## CAPÍTULO V

# PRATICANDO O LÚDICO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM *DÉFICIT* DE ATENÇÃO

*Lucilene Alves Coutinho*

*Cícero de Souza Lacerda*

*Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti*

*Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*

### 1 INTRODUÇÃO

A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, visando assegurar que todas as crianças possam ter acesso e oportunidade educacional e social na instituição em que frequentam. Pois tem se tornado uma busca constante a procura de um sistema de ensino que integre e produza conhecimento, emancipando o educando portador de necessidades especiais ou os que não são considerados normais, através da implementação de políticas públicas que atendam e garantam sua dignidade e cidadania.

Ao falar de alunos com dificuldades especiais se faz necessário pensar em inclusão. O aluno com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade) assim como aqueles com deficiências necessitam de um olhar pedagógico especial. Para isso, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, BRASIL, Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996) assegura os alunos com necessidades especiais e direitos a currículo, métodos, recursos educativos, e de organização específicos para atender suas necessidades.

Evidencia-se esta realidade na Constituição de 1988, onde está evidenciado o regime de igualdade do qual a democracia se sustenta, e a pretensão de uma escola para todos, em seu artigo 208, inciso. III. Direito a educação, garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Para que essa inclusão ocorra, necessário se faz a adequação de todo o processo escolar. Não se pode falar apenas em receber alunos com deficiência, sem que se prepare toda escola para que realmente, esses alunos possam desenvolver-se satisfatoriamente. Tem que haver uma mudança de paradigmas e de conceitos. É preciso que sejam mudados os métodos tradicionais, passando-se a considerar a diversidade dos alunos levando-se em conta a resolução de cada um. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo abordar o universo lúdico como recurso de intervenção para superação de dificuldades enfrentadas pelas crianças com déficit de atenção na aprendizagem, buscando compreender a importância dos jogos e brincadeiras, como instrumentos socializadores para o desenvolvimento cognitivo e emocional do sujeito.

Para tanto, como metodologia a ser aplicada nesta pesquisa bibliográfica deverão ser considerados alguns teóricos como: Vygotsky (1987), Montoam (1992), Freire (2000), Gadotti (2000), Negrine (1994), Alves (1987), Oliveira (1998), entre outros que muito contribuíram para o enriquecimento deste trabalho. Estes abordam questões pertinentes a educação, dentre as quais a inclusão de alunos especiais e a ludicidade numa perspectiva de aprender através de formas interativas entre professor/aluno.

Assim, o enfoque deste artigo será a questão do lúdico em sala de aula, considerando seus benefícios e as dificuldades existentes ao propor tal metodologia. Os jogos e as brincadeiras aparecem como formas de se trabalhar o lúdico. A formação e a disponibilidade do professor para fazer usos desses procedimentos são colocadas como essenciais para o desenvolvimento de atividades que tenham significados afetivos para as crianças.

Nessa perspectiva, os instrumentos pedagógicos podem contribuir para a aprendizagem. Assim, as atividades lúdicas em que se fazem uso de jogos, brincadeiras (roda de conversas, dança, faz-de-conta, lotos com palavras, jogo da memória, cartaz, jogos de mímicas, caça – palavras, etc.), e utilização de jornais impressos para o uso de leitura ou recortes para colagem também pode proporcionar maior interação entre as crianças e o professor, levando desse modo a uma aprendizagem mais significativa.

Nesse sentido, o lúdico vem como referencial para a educação que necessita de mudanças, de estímulo e incentivo. Trazer para as crianças e adolescentes um aprendizado que seja significativo e ao mesmo tempo leve e prazeroso.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos. A escola é um dos melhores lugares para se trabalhar a questão das diferenças inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, pois, possibilita a convivência, favorecendo a quebra de preconceitos, gerando o respeito ao outro, fazendo com que os mesmos aprendam a ver a vida sobre outros ângulos, fazendo do professor parte importante neste processo de ensino aprendizagem. Na concepção de Silva (2003, p.10), “o espaço educativo se transforma em ambiente de superação de desafios pedagógicos que dinamiza e significa a aprendizagem, que passa a ser compreendida como construção de conhecimento de competências em vista da formação cidadã”.

Para que essa inclusão ocorra, necessário se faz a adequação de todo o processo escolar. Não se pode falar apenas em receber alunos com deficiência, sem que se prepare toda a instituição, mas para que os mesmos possam desenvolver-se satisfatoriamente. A diversidade é importante, pois quanto mais pessoas diferentes em sala de aula, mais desafiador é o ambiente.

Dessa forma é necessário desenvolver um trabalho em que se analise a diversidade de sociocultural em que estão inseridos os alunos, em particular, aqueles denominados especiais, onde o trabalho docente deve levar em consideração a prática da inclusão com todos, sem distinção. Por isso, focar uma metodologia didático pedagógica com fins educativos e de entretenimento, relacionando-os ao conteúdo de forma interativa e prazerosa, tende a dar um melhor resultado para o planejamento que se tenha proposto. Assim, “o que precisamos fazer como professores, é aproveitar essa relação de alegria e de contentamento em benefício da construção de um saber mais elaborado” (GADOTTI, 2000, p.123).

Nesse sentido, a avaliação do desempenho escolar deve levar em consideração essa realidade. Por isso, é preciso que sejam mudados os métodos tradicionais, passando-se a considerar a diversidade dos alunos, levando-se em conta a evolução de cada um.

## **2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência das crianças com deficiência no

ensino regular, conscientizando-os como cidadãos capazes de intervir nos rumos da sociedade, profunda e positiva, uma escola inclusiva, mudando o seu perfil. Pois, é através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independentemente das diferenças.

Na abordagem inclusiva a educação passa a atender todas as crianças, independentes de suas diferenças, sendo assim, pede a reformulação e a reestruturação da escola como um todo, envolvendo pais, professores, diretores, coordenadores, funcionários de todas as áreas da escola (faxina, administrativa, cantina). Pois, são fundamentais para o desenvolvimento, aprendizagem, e interação da criança no contexto escolar. Existem também investimentos contínuos, mudança na legislação, projetos pedagógicos diferentes, novos mecanismos e construção de novos espaços.

Incluir, então, significa integrar um aluno ou um grupo na educação regular, o que é de direito, num espaço que possibilita exercer a cidadania a ter acesso aos diferentes saberes. Para Montoam (1998), a inclusão não se limita a ajustar somente aos alunos que apresentam dificuldades na escola, mais apoia toda comunidade escolar. Segundo a autora a inclusão mostra-se benéfica para a educação de todos independente de suas habilidades ou dificuldades.

Baseando-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2001) os currículos necessitam adequar-se, concretizando medidas para atender a grande diversidade existente no país, e as necessidades de cada aluno. É preciso ter uma visão diferenciada na sala de aula para as diferenças, como um elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o professor deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, assim como características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superprodução intelectual.

Conforme Carvalho (2008), o atendimento da escola inclusiva deve merecer atenção na sua qualidade para que não se cometa equívocos relacionados com as características dos alunos a serem atendidos.

A proposta inclusiva diz respeito a qualidade uma escola para todos. Uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” alunos com problemas, uma escola que enfrente, sem adiantamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seus alunos (CARVALHO, 2008, p. 98).

Segundo ele, as atitudes podem ser tomadas, para que as ações pedagógicas sejam favoráveis a inclusão escolar, visando ao progresso educacional e a inclusão de alunos com necessidades especiais. Cabe ao professor garantir a simetria das relações que se estabelece entre os alunos com compreensão mútua e comunicação produtiva, tornando as interações sociais na sala de aula em instâncias formativas para todos os que dela participam, amoroso e estimulante, assim irá sempre influenciar positivamente o desenvolvimento desta criança. “Quanto mais informações e educação acerca do transtorno, melhor para a criança e a família” (Silva, 2009, p. 61).

Afinal, as diferenças não podem ser obstáculos nas nossas relações sociais e temos que saber respeitá-las. Mas também, não podemos deixar de reconhecer a sua existência. Entendemos que a escola inclusiva é importante não somente para aquelas crianças que têm necessidades educacionais especiais, mas, sim para todas as crianças.

## **2.2 DÉFICIT DE ATENÇÃO**

O TDH é um transtorno neurobiológico que compromete a atenção, o comportamento e o controle de impulsos e emoções dos portadores. A sintomatologia principal é a desatenção, hiperatividade e impulsividade da criança. A desatenção tanto pode manifestar-se em situações escolares quanto profissionais ou sociais. As crianças com este transtorno podem não prestar muita atenção a detalhes e podem cometer erros grosseiros por falta de cuidados nos trabalhos escolares ou noutras tarefas. Normalmente essas crianças dão a impressão de estarem com a mente em outro local, ou de não estar a escutar o que está sendo dito. Pode haver frequentes mudanças de uma tarefa para outra, elas podem iniciar uma tarefa, passar para outra, depois voltar a atenção para outra antes de completarem qualquer uma de suas tarefas, fazendo com que elas prestem atenção a todos os estímulos do ambiente, inclusive aqueles que não são considerados úteis, como por exemplo uma borracha que cai no chão, as cores dos lápis dos colegas etc., situações que as impedem de manter a atenção, a concentração e a resolver tarefas pontualmente solicitadas.

Os portadores deste transtorno são facilmente distraídos por estímulos irrelevantes e habitualmente interrompem tarefas em andamento para dar atenção a ruídos ou eventos triviais esquecem dos compromissos marcados e até de levar o lanche para a escola. “Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina:

respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa”. (MANTOAN, 2005, p. 24-26). A autora, ressalta que as grandes lições para professores e alunos, onde a tolerância, respeito e solidariedade são atitudes importantes na busca de uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas realmente serão iguais perante a lei.

O educador deve criar facilidades para que a criança com TDAH encontre novas amizades, pois os amigos são importantes para o desenvolvimento dessas crianças. Segundo (Lopes, 2000) “A instabilidade comportamental, a ansiedade e a falta de concentração em algumas crianças, fazem com que as outras crianças se afastem delas, pois, por não compreenderem a sua forma de relacionamento, acabam as considerando inconvenientes.”

Assim, por vezes, estas crianças acabam excluídas pelos seus amigos, o que poderá provocar alguns transtornos emocionais, pois a falta de amigos poderá trazer para algumas delas sentimentos de solidão e ansiedade. No seu dia-a-dia escolar, o professor deverá intervir de maneira positiva com os restantes colegas de forma a ajudar os seus alunos a observarem que os seus colegas com TDAH têm também qualidades, fazendo-os perceberem que, muitas vezes, suas ações precisam de ser corrigidas para que eles aprendam a relacionar-se corretamente com o grupo. Assim sendo, os alunos que apresentam necessidades especiais e que requer atenção especial podem ser atendidas de acordo com as necessidades e de maneira articulada.

Assim, as crianças com déficit de atenção precisam de um olhar especial, no sentido de que o professor deve planejar suas aulas de modo a integrar essas crianças ao convívio dos demais alunos no contexto escolar. Dessa forma, é fundamental que a educação esteja centrada na criança e não na patologia, tornando indispensável um currículo que transcenda as concepções de déficit e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas, transformando as necessidades dos alunos em amor pelo movimento de aprender e de construir a autonomia e a identidade.

Segundo Morais (2012), o professor deve procurar exercícios interessantes para desafiar as crianças a trabalharem com as palavras, ajudando-as a melhor observar as transformações que ocorrem, ajudando o aprendiz a vivenciar as mudanças nas relações entre letras e sons que aparece nas mesmas. Assim, é preciso aprender a ensinar e aprender a aprender, como um círculo vicioso onde o sujeito que ensina é objeto ativo da produção de saberes, como criador de possibilidades para a produção e construção do saber; aguçando a curiosidade e a crítica, buscando na prática uma mediação entre ensino-

aprendizagem e conteúdo, em que tanto o professor quanto aluno precisa possuir curiosidade, atividade política, ideológica, estética e ética.

### **2.3 LÚDICO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO**

O uso de jogos, e da ludicidade como um todo, está presente na vida humana desde os seus primórdios. Na Grécia antiga, assim como na idade média já havia a utilização de jogos. Durante esse período, e por muito tempo, a atividade lúdica era vista apenas como sinônimo de jogo e de divertimento, possuindo um caráter não sério.

Posteriormente o lúdico foi trazido como um forte instrumento da educação. Froebel (2004), em sua proposta para a educação infantil, realizou estudos nos quais foi atribuída grande relevância ao brinquedo. Segundo ele, a criança para se desenvolver não deve apenas olhar e escutar, mas agir e reproduzir. Estudiosos como Vygotsky (1987), e Piaget (1995), Kishimoto (1996), fizeram análises de todo o processo do desenvolvimento infantil, mostrando a importância da presença do jogo na vida humana demonstrando que eles favorecem não apenas a aprendizagem, mas também o desenvolvimento e a interação social.

Sabe-se que os jogos e as competições sempre despertaram ao ser humano seja por esporte ou diversão. A educação lúdica esteve presente em todas as épocas, povos e contextos de inúmeros pesquisadores, não só no campo da educação, mas na psicologia, fisiologia, e formando hoje uma vasta rede de conhecimentos.

É pertinente utilizar o lúdico como ferramenta na educação porque os alunos são pessoas que adquirem identidade própria e singularidades na multiplicidade, possibilitando as descobertas de si mesmo e do outro, portanto aprende-se. É no brincar que a criança está livre para criar e é através da criatividade que o indivíduo descobre seu eu, fazendo com que a ludicidade seja um fator positivo e recompensador em suas vidas. Para praticar o conteúdo lúdico é preciso liberdade de expressão, espaço na escola, um ambiente propício para desenvolver as atividades com espaço adequado onde materiais devem estar sempre ao alcance das crianças.

A palavra lúdica origina do latim *ludus* que significa brincar. Definição de lúdico faz referência a jogo e brinquedos: brincadeiras lúdicas que tem o divertimento acima de qualquer outro propósito. Quanto se faz alguma coisa e se sente prazer em fazê-lo. As brincadeiras permitem às crianças divertirem-se em quanto, ao mesmo tempo, as ensinam

sobre um dado assunto. Sendo assim, os conceitos são mais facilmente aprendidos à medida que o aluno experimenta e participa ativamente como construtor de seus conhecimentos.

Froebel contribuiu para a importância das brincadeiras livres e trouxe o jogo como parte essencial para o trabalho pedagógico. Segundo ele, o jogo lúdico faz parte da vida da criança no ato de brincar, manipulando materiais como: bolas, cubos, brincando de montar e desmontar aprenderia as noções de matemática como forma, tamanho e encaixe. Assim, a brincadeira é considerada como folhas germinais de toda a vida futura da criança.

Com o aparecimento do jogo simbólico a criança ultrapassa a simples satisfação da manipulação. Ela vai assimilar a realidade externa ao seu eu, fazendo distorções ou transposições. “O jogo resulta em benefício intelectual, morais e físicos e como elemento importante no desenvolvimento integral da criança. Os brinquedos são atividades imitativas, livres, e os jogos, atividades livres com o emprego dos dons”. (FROEBEL 2004). Dessa forma, o jogo simbólico é usado para encontrar satisfação fantasiosa por meio de compensação, superação de conflitos, preenchimento de desejos. Quanto mais avança em idade mais caminha para realidade.

O lúdico possui um caráter competitivo, e certamente o possui, mas ao contrário dos objetivos da competição que visa rendimento, o lúdico nas brincadeiras propicia momentos de distração, descontração e fantasia, e contribui para o aprendizado sendo assim, uma forma de aprender. Segundo Almeida (1998, p. 123). “O bom êxito de toda atividade lúdico-pedagógica depende exclusivamente, do bom preparo e liderança do professor”.

É baseada nesse contexto que se deve buscar uma nova proposta, e que está aproveite de forma consciente, o lúdico como instrumento metodológico, durante as aulas possibilitando um desenvolvimento que respeite a criança e ao adolescente.

A pertinência do brincar se tornou uma importante ferramenta no trabalho pedagógico e psicopedagógico um parceiro silencioso que desafia a criança, possibilitando descobertas, envolvimento, compreensão, desenvolvimento e aprendizado. Oliveira diz que:

A formação de atividades que favoreçam o envolvimento da criança em brincadeiras, principalmente aquelas que promovem a criação de situações imaginárias, tem nítida função pedagógica. A escola e, particularmente a pré-escola

poderiam se utilizar deliberadamente desse tipo de situação para atuar no processo desenvolvimento das de crianças (OLIVEIRA 1988, p. 67).

Segundo o autor o uso dos jogos lúdicos não é perda de tempo mas, um parceiro no processo de ensino aprendizagem, jogos, brinquedos e brincadeiras, tem por objetivo revelar a importância do aprender brincando.

A brincadeira faz parte da vida da criança e incluir o jogo e a brincadeira no campo educacional tem como pressuposto o duplo aspecto de servir ao desenvolvimento do aluno, enquanto indivíduo, e a construção do conhecimento, processos estes fortemente interligados. “Quem ensina aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender”(FREIRE, 2000, p.25). De acordo com Freire é preciso aprender para saber ensinar, formando cidadãos críticos e autônomos capazes de criar, produzindo conhecimentos, relacionando a prática vivenciada no lúdico com os conteúdos, criando e recriando novos conceitos, tornando-os investigadores, curiosos, humildes e persistentes em seu objetivos.

Além de ser divertido e prazeroso o lúdico contribui não só na resolução dos conteúdos programáticos, mas, também para vida em sociedade, no respeito mútuo, cívico, ético e moral, assim a aprendizagem leva a criança a se inserir no contexto cultural e folclórico afinal as brincadeiras e jogos em sua maioria faz parte do folclore. Sendo assim, Vasconcelos (2012, p. 108) afirma que:

A educação é processo de formação e informação e, na medida em que consiga suscitar no aprendiz o gosto pelo aprender, terá maior chance de atingir seus objetivos. O diálogo em sala de aula, ao problematizar aquilo que se ensina aprende, dará espaço para o olhar crítico tanto de alunos como de professores, ambos envolvidos nessa tarefa de conhecer para atuar positivamente no mundo no qual se inserem.

Cabe ao professor estabelecer as bases para um clima democrático em sua sala de aula dialogando, num processo de análise crítica dos objetos de estudo utilizados para a utilização do conhecimento. Ao lidar com o aluno “diferente” o professor tem a chance de aprender como estruturar seu trabalho, já que não é possível agrupar alunos com realidades diversas no mesmo nível de categorias de alunos bem-sucedidos, comportados e participativos.

Para Rohde (2000), o professor deve estar sempre atento aos comportamentos e saber distingui-los, pois isso é fundamental para as crianças que possuem o transtorno. Assim, o professor estará também contribuindo para o diagnóstico e o tratamento. Se esse trabalho acontecer em sala de aula, diminuirá o risco de a criança desencadear um problema psicológico decorrente do TDAH. O referido autor afirma ainda que os alunos bem acompanhados poderão tornar-se ótimos acadêmicos e futuros profissionais

É importante que o professor pense nas crianças como sujeitos ativos que participam e intervêm no que acontece ao seu redor porque suas ações são também forma de reelaboração e de formação de mundo. Nos seus processos interativos, a criança não apenas recebe, mas também cria e transforma é constituída na cultura e produtora de cultura. As ações da criança são simultaneamente individuais e únicas porque são suas formas de ser e de estar no mundo, constituindo sua subjetividade, e coletivas na medida em que são contextualizadas e situada histórica e socialmente.

Maria Montessori (1952-2004) que, apesar de médica também se dedicou ao magistério e ressalta de forma ampla e significativa a utilização do brinquedo como instrumento da aprendizagem. Sua proposta leva em conta a valorização da criança e a adaptação da escola, conforme a faixa etária do educando. Esta educadora construiu recursos pedagógicos como: letras móveis, letras recortadas em cartões, lixa, contadores e diversos outros instrumentos para levar as crianças a aprender de forma lúdica, proporcionando momentos de prazer ao brincar.

Assim, para que a criança possa se desenvolver física e cognitivamente, torna-se importante que ela seja incluída em atividades grupais, sendo o jogo neste caso, um significativo instrumento para seu crescimento.

Nessa perspectiva, conhecer a criança implica observar suas ações-simbolizações, o que abre espaço para valorização de falas, produções, conquistas e interesses infantis e faz da sala de aula um espaço de socialização de saberes, abrindo ao novo, inédito imprevisível e surpreendente.

Os brinquedos são de vital importância para o desenvolvimento e a educação da criança, por propiciar o desenvolvimento simbólico, estimular a sua imaginação, a sua capacidade de raciocínio e a sua autoestima (PIAGET, 1998). Segundo Piaget a criança, em contato com o brinquedo, desenvolve a imaginação, mas também desenvolve a capacidade de análise, de comparação, de criação, habilidades e enriquece seu mundo interior; a leva a

participar do mundo real. A interação promovida pelo jogo possibilita que os mesmos aprendam a trabalhar em equipe e estimula a cooperação.

Nesse contexto, a ludicidade não advém apenas do mundo exterior a cada um de nós, mas também do nosso mundo interior, que se relaciona com o exterior. Assim, complemente Pereira (2005).

As atividades lúdicas são muito mais que momentos divertidos ou simples passatempos e, sim, momentos de descoberta, construção e compreensão de si; estímulos à autonomia, à criatividade, à expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Possibilitam, ainda, que educadores e educandos se descubram, se integrem e encontrem novas formas de viver a educação (p. 19-20).

A autora considera as atividades lúdicas como uma possibilidade de entrega que é perpassada pelos símbolos, sonhos, desejos, necessidades, dores e alegrias; uma integração um com o outro, em uma troca tácita e significativa. A manifestação das emoções é fundamental, pois elas não podem ser descartadas no processo de autoconhecimento e auto expressão. As atividades lúdicas são uma necessidade do ser humano, independentemente de sua faixa etária:

As atividades lúdicas, que têm na busca da alegria e do prazer sua grande alimentadora, se caracterizam como atividades não impostas, experienciadas individualmente ou compartilhadas, tendo como finalidade a vivência do momento presente. As atividades lúdicas possibilitam que a elas nos entreguemos, e, entretecendo símbolos, sonhos, desejos, necessidades, dores e alegrias, nos integremos conosco e com o outro em uma troca tácita e significativa. A possibilidade para que as emoções se manifestem é fundamental, pois, elas não podem ser descartadas no processo de autoconhecimento e auto-expressão. As atividades lúdicas são uma necessidade do ser humano, independente de sua faixa etária. Através delas, é possível ter contato mais profundo consigo e com o outro (PEREIRA, 2005, p. 87, grifos da autora)

Portanto, o lúdico é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados por parte dos educadores interessados a promover mudanças. O lúdico na sala de aula passa ser um espaço de reelaboração do conhecimento vivencial e constituído com o grupo ou individualmente. Para Alves, o lúdico está ancorado ao fato “[...] de que ocupa-se do aqui e

agora, não prepara para o futuro inexistente. Sendo o hoje a semente de qual germinará o amanhã, podemos dizer que o lúdico favorece a utopia, a construção do futuro a partir do presente”(ALVES, p.22, 1987).

Desse modo, o lúdico as crianças canalizam suas energias, vencem suas dificuldades, modifica sua realidade, propícia condições de liberação das fantasias e a transforma em uma grande ponte de prazer. E isto não está apenas no ato de brincar, mas no ato de ler, no apropriar-se da literatura como forma natural de descobrimento e compreensão do mundo proporcionando o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração.

Por meio do jogo simbólico, a criança passa a adquirir a capacidade de representar simbolicamente suas ações por meio de sua capacidade de pensar. Pode-se tomar como exemplo, os bonecos/bonecas que as crianças tomam, como pai/mãe, filho/filha, as caixas de papelões que tomam com carros entre outras coisas, que simbolizam coisas da realidade. Através da utilização dos jogos simbólicos, as crianças exprimem seus desejos por meio do real. Assim, o brincar, recurso este que ensina, desenvolve e educa de forma prazerosa.

De acordo com Negrine, os estudos realizados sobre aprendizagem e desenvolvimento é fundamental na vida de uma criança, ele afirma que “as atividades lúdicas são fundamentais para a aprendizagem da criança, tornando-a progressivamente senhora do seu desenvolvimento” (NEGRINE, 1994, p. 120). O lúdico faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana, caracterizando-se por ser espontâneo funcional e satisfatório.

[...] sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidade cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação democrática e a vigência de direito (SUSSAKI, 1997, p. 166).

De que forma as atividades lúdicas podem contribuir para diminuir o Déficit de Atenção em sala de aula? Se apropriando do lúdico como instrumento atrativo, socializador na educação, o professor pode proporcionar as crianças a transportar saberes em seu cotidiano, a partir das experiências da vida social, ambiente que por si só, já possibilita um grau de aprendizagem. Com o avanço do lúdico na sala de aula elas adquirem identidade própria e singularidades na multiplicidade, possibilitando as descobertas de si mesmo e do outro, portanto aprende-se. É no brincar que a criança está livre pra criar e é através da

criatividade que o indivíduo descobre seu eu, fazendo com que a ludicidade, seja um fator positivo e recompensador em suas vidas. Assim,

Ao movimentar o corpo e buscar soluções a criança inventa brincadeiras e estratégias, assim, constitui o seu eu, sua imaginação e seus pensamentos. Quando há qualidade na atividade lúdica e envolvimento por parte da criança, melhor poderá ser seu desenvolvimento cognitivo. Porém, a dificuldade encontrada é que muitos adultos limitam esse movimento e impedem a criança de se desenvolver nesse sentido, julgando ser uma atividade apenas de lazer, sem importância no seu desenvolvimento, e com isso as crianças estão brincando cada vez menos, seja pelo amadurecimento precoce, redução do espaço físico e do tempo de brincar ou ao excesso de atividades atribuídas às crianças (MODESTO; RUBIO, p.4, 2014).

O uso dos jogos didáticos tem o papel de aliar o aprendiz a atividade lúdica, os jogos permitem que a criança liberte a tensão, frustração, insegurança e até mesmo a agressividade, medo sem que a criança perceba que tem todos esses sentimentos guardados. A motivação do brincar, é o princípio de tudo e deve ser realimentada a cada etapa do ensino, alunos motivados se envolve mais facilmente nas atividades e, conseqüentemente, estão mais dispostos a aprender.

O olhar do professor auxiliará não apenas o diagnóstico da criança, mas principalmente o processo ensino aprendizagem com medidas simples e que poderão fazer a diferença na vida escolar da criança com TDHA. Assim, elas sentem-se mais motivadas enquanto constroem os jogos, vão adquirindo conteúdos e conceitos ricos de relações de aprendizagem. “Através da concepção de jogos, a criança poderá ter suas experiências: errar, acertar, construir, criar, copiar, desenvolver planos, e isto aumentará a sua autoestima, revelando que é capaz e que pode fazer muitas coisas para se próprio” (Lopes, 2002). Segundo ele, deve levar-se em consideração que o papel do educador é fundamental no processo de construção do conhecimento, devendo ele agir como organizador, mediador, e incentivador da aprendizagem.

É Preciso criar um ambiente rico em aprendizagens, a criança que gosta de brincar saberá desfrutar da vida, aprenderá a procurar a felicidade, sentir-se a segurar com suas habilidades. Graças aos jogos e brincadeiras, elas encontrarão o prazer de se divertirem-se juntas, isso proporcionará um forte laço de ternura e alegria entre ambos.

O jogo como prática pedagógica, ele se torna um elemento enriquecedor para promover a aprendizagem e contribuir com o desenvolvimento de suas habilidades. Assim,

o jogo é uma ferramenta que auxilia o professor a minimizar os problemas de desatenção das crianças, melhorando assim a aprendizagem, dando oportunidades ao aluno a ser mais ativo, criativo, participativo, tornando-se um ser com iniciativa pessoal, levando-o a adquirir atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade, fazendo com que eles se sintam incluídos, construindo aos poucos sua personalidade e favorecendo uma melhor adaptação social no futuro.

Ao participar dos jogos e brincadeiras, as crianças interagem de forma descontraída e as aprendizagens surgem de forma natural. Isso porque o mais importante nestas atividades é o desejo de estar junto com o outro, mesmo que seja para competir, é poder usufruir do movimento que a atividade gera e suas fruições. Qualquer tipo de atividade lúdica seja ela brincadeiras, jogos, brinquedos cantados, favorecem o processo de aprendizagem, pois durante a brincadeira há o processo de integração entre as crianças, elas estão aprendendo a compartilhar, a serem cooperativas umas com as outras, a respeitar os limites impostos por elas mesmas que participam da brincadeira ou jogo, “a ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantil.

É através dessa participação o educando portador de necessidades especiais tem mais autoestima por participar ativamente com os educando ditos “normais” das atividades lúdicas, então, essa convivência com o outro, a interação faz com que o alunado especial sintam-se como parte importante desse meio educacional que está inserido.

Esse instrumento, além de tornarem mais motivadas e atrativas as aulas, ajuda as crianças a compreender melhor, seja qual for a etapa da sua vida, acrescentando leveza a rotina escolar e fazendo com que as mesmas, registre melhor os ensinamentos que lhes chegam, de forma mais significativas. “A criança deve amar aquilo que aprende, que esteja ligado ao seu crescimento mental e emocional. O que quer que seja apresentado a ela deve ser feito de forma bonita e clara, impressionando sua imaginação. Uma vez que esse amor tenha sido despertado, todos, os problemas que os especialistas em educação enfrentam desaparecerão (MONTESSORI, 1965).

As aulas lúdicas devem transmitir os conteúdos, possibilitando que o aluno aprendiz perceba que não está brincando nas aulas, mas que está armazenando conhecimentos. O lúdico é um instrumento socializador que influencia na aprendizagem da criança com déficit de atenção.

É preciso salientar que o professor deve organizar rotinas que propicie a iniciativa, a autoestima e as interações entre crianças. Criando espaços em que a vida pulse, onde se

construam ações conjunta, amizades sejam feitas e criem-se culturas. Colocando à disposição das crianças materiais e objetos para descobertas, ressignificações, transgressões. Compartilhando brincadeiras com as crianças, sendo cúmplice, parceiro, apoiando-as, respeitando-as e contribuindo para ampliar seu repertório. Observando-as para melhor conhecê-las, compreendendo seus universos e referências culturais, seus modos próprios de sentir, pensar e agir, suas formas de se relacionar com os outros.

A brincadeira requer o aprendizado de uma forma específica de comunicação que estabelece e controla o universo simbólico e o espaço interativo que novos significados estão sendo partilhados (falas /diálogos dos personagens, narrativas das ações e acontecimentos), bem como para a organização e o controle das brincadeiras pelas crianças. Sua apropriação se dar no próprio processo de brincar. O brincar possibilita-tais como aprender a olhar as coisas de outras maneiras atribuindo-lhes novos significados, a estabelecer novas relações entre os objetos físicos e sociais, a coordenar as ações individuais com as do parceiros, a argumentar e a negociar, a organizar novas realidades a partir de planos imaginados, a regular as ações individuais e coletivas a partir de ideias e regras de universo simbólicos e o processo de constituição de conhecimentos pelas crianças e pelos adolescentes.

O brincar é um espaço de apropriação e constituição pelas crianças de conhecimento e habilidades no âmbito da linguagem, da cognição, dos valores e da sociabilidade. E que esse conhecimento se tecem nas narrativas do dia-a-dia. Portanto, o brincar está estreitamente associado a sua formação como sujeitos culturais e a constituição de culturas em espaços e tempos nos quais convivem cotidianamente.

Almeida Junior (2002), ao observar o cotidiano do professor em contextos de mudança, identificou saberes construídos pelo docente com base em situações de desafio enfrentadas no cotidiano. E um dos desafios encontrados pelos docentes tem sido lidar com o aluno diferente, o que exigiu a construção de novas estratégias, de novas respostas, de novos saberes.

Assim, o jogo simbólico relaciona-se ao aparecimento da capacidade de representar eventos e objetos. E com a representação, a criança torna-se capaz de pensar em objetos que não estão presentes em seu campo perceptivo, de lembrar-se de acontecimentos, de prever mentalmente o resultado de suas ações.

Além disso, quando a criança assume um papel na brincadeira, ela opera com o significado de sua ação e submete seu comportamento a determinadas regras. Isso conduz

ao desenvolvimento da vontade, da capacidade de fazer escolhas conscientes que estão intrinsecamente relacionada a capacidade de atuar de acordo com o significado das ações ou de situações o de controlar o próprio comportamento por meio de regras.

Diante disso, as crianças assimilam conhecimentos, de um modo diferente de antes, elas aprendem a disciplina, seus próprios gestos e por sua vez aprendem a respeitar o colega, bem como ainda, empreendem uma ação conscientemente, discernindo entre o bem e mal. Na verdade nasce uma criança nova, moralmente mais elevada, e que antes era considerada incapaz. Um sentimento de dignidade, e se interessando por suas próprias conquistas.

Nesta visão, por meio simbólico, as crianças aprendem a agir, estimula sua curiosidade, a iniciativa e o exercício da autonomia. As atividades lúdicas, além de facilitarem a aprendizagem auxilia o professor a minimizar os problemas de desatenção e de comportamento social nas crianças.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola contemporânea não pode ser inflexível e estanque, o professor é um mero transmissor de conhecimentos. É necessário um novo olhar pedagógico entrelaçando saberes docentes e discentes sem traduzir uma relação monoaxial entre o emissor-professor e o receptor-aluno, mas uma relação triádica que abarca o mundo das significações para a compreensão do que é ensinado.

Sabe-se porém que na atividade diferenciada, o professor precisa estar constantemente inovando e buscando alternativas que estimulem os alunos e em especial os que apresentam déficit de atenção. A troca de experiência faz com que todos cresçam e surja a cooperação entre o grupo, desenvolvendo entre eles a humanização e a socialização. A ludicidade pode ser utilizada como forma de sondar a vivência do professor na educação, o mesmo reconhecendo suas potencialidades, desenvolvendo um bom fluxo de energia e contribuindo de alguma forma para a formação das crianças, ajudando-as em seu desenvolvimento corporal, emocional, mental e espiritual, proporcionando a cada envolvido se conhecer, e se relacionar melhor consigo mesmo e com o outro, o que implica lidar melhor com as próprias dificuldades e com as do outro, possibilitando uma expressão mais espontânea e criativa.

Assim, o lúdico leva o aluno a se integrar e participar ativamente das atividades proposta pelo professor, levando-os a compreender e interagir, construindo seus próprios esquemas de aprendizagens, possibilitando assim um processo de avaliação continua em busca do desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas, afetivos e sócio comunicativas, indispensáveis a vivenciar a dinâmica e as mudanças que ocorrem na área da aprendizagem.

Paulo freire, um dos maiores pensadores de todos os tempos, afirma que: “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”. Todos os seres humanos são agentes de transformação, assim um transforma o outro na relação intrínseca ensino e aprendizagem, juntos por via do conhecimento transforma a sociedade. Aprendendo, ensinando, buscando e aperfeiçoando sempre.

É notável que o lúdico é um agente que induz a motivação e a diversão e está sempre presente nas brincadeiras das crianças, realizadas por vontade próprias. E, devido essa qualidade, a ludicidade pode representar uma diferente forma de ensinar, pois consegue fazer com que o aluno com déficit de atenção se interesse pelas aulas de forma natural.

Nesse contexto, o lúdico contribuirá para que os educadores criem e planejem ações em que o aluno sintam-se inserido nas atividades desenvolvidas em sala de aula, pois a educação lúdica precisa contemplar os aspectos motores, cognitivos, sociais, partindo do pressuposto de que é brincando e jogando que a criança aprende e ordena o mundo a sua volta, assimilando experiências e informações e, sobretudo incorporando conceitos, atitudes e valores.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Rubem. **A gestação do futuro**. Campinas: Papirus, 1987.

ARCE, A. Friedrich Froebel: **O jogo e o desenvolvimento infantil na teoria da atividade e no pensamento educacional**. Caderno Cedes, Campinas, v. 24, n. 62, p. 9-25, abril 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Parâmetro curriculares nacionais**. Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos "IS"**. Porto Alegre. Mediação, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre. 2000.
- HISHIMOTO, Tizuco (org). **Jogos, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- Júnior, Admir Soares de Almeida. **Saberes docentes e prática cotidiana: construindo um novo paradigma de ensino de Educação Física na escola**, 2002. Dissertação (Mestrado). PUC-Minas; Belo Horizonte.
- LOPES, M. G. **Jogos na Educação: criar, fazer e jogar**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOPES, M. G. **Jogos na educação infantil: Criar, fazer, Jogar**. 3ª ed. São Paulo: Cortez 2002.
- MANTOAN, Maria Teresa Euglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes 2011.
- MIRANDA, S. **No fascínio do jogo, a alegria de aprender**. Ciência Hoje, v.28, p. 64-66, 2001.
- MODESTO, Monica Cristina; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A Importância da Ludicidade na Construção do Conhecimento**. In: Saberes da Educação. São Roque, Volume 5 – nº 1, 2014.
- MONTESSORI, M. **A criança**. Tradução de Luiz da Matta. 2 ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1952.
- MONTESSORI, M. **A educação e a paz**. Tradução de Sônia Maria Alvarengo Braga. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto alegre. Prodil, 1994.
- OLIVEIRA, M.K.O. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- OLIVEIRA, M.A.C. **Psicopedagogia: a instituição em foco**. Curitiba: IBPEX, 2009.
- PEREIRA, E.T. **Brincar, brinquedo, brincadeira, jogo, lúdico. Presença Pedagógica**. São Paulo, v. 7, n. 38, p. 87, mar./abr. 2005.
- PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1998.

ROHDE, Luiz Augusto; BARBOSA, Genário; TRAMONTINA, Silzá; POLANCZYK, Guilherme. **Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade**. Revista Brasileira de Psiquiatria. Vol. 22. s.2. São Paulo, Dez. 2000. Disponível em Acesso em 18 abr. 2012.

SILVA, Janssen. Introdução: **avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativareguladora**. In: Silva, J. Hoffman, J. Esteban, M. T. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SUSSAKI, Romeu Kasume. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VASCONCELOS, Maria Lúcia. **Educação básica: a formação do professor, relação professor-aluno, mídia e educação**. São Paulo: Contexto, 2012.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores**. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo, 1988.

VYGOTSKY, L. **Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

## CAPÍTULO VI

### AUTISMO: DESAFIOS NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

*Elaine Cristina de Brito Moreira*

*Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti*

*Cícero de Sousa Lacerda*

*Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*

#### INTRODUÇÃO

A construção deste artigo surge da necessidade que os educadores têm no que diz respeito ao conhecimento sobre o autismo e o impacto causado por esta anomalia no processo de aprendizagem. O ingresso de uma criança autista em escola regular é um direito garantido por lei, como aponta o capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trata sobre a Educação Especial. A redação diz que ela deve visar à efetiva integração do estudante à vida em sociedade. Além da LDB, a Constituição Federal, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Viver sem Limites (Decreto 7.61/11) também asseguram o acesso à escola regular.

Portanto, há necessidade de se discutir alguns desafios enfrentados pelos educadores no processo de aprendizagem da criança autista e como superá-los. Este artigo tem o objetivo de apresentar definições e causas do Autismo e se propõe a discutir as dificuldades no processo de aprendizagem escolar do aluno autista. Para tanto se utilizou da pesquisa bibliográfica. Com base em alguns teóricos, como Fernandes, Santos, dentre outros, pretende-se também discutir algumas sugestões para que o professor possa trabalhar com esta criança especial.

Ao escolher abordar o tema Desafios na Aprendizagem Escolar, dando-se um enfoque no autismo, o presente artigo se propõe a desmitificar algumas crenças referentes a essa e outras necessidades especiais de que a criança com transtornos

mentais deve estudar em escolas especializadas e que não poderá aprender em escolas regulares. Constatou-se por meio das pesquisas feitas que é possível haver um aprendizado satisfatório de tais crianças quando há um engajamento de toda comunidade escolar e algumas adaptações no modo de ensinar, visto que tais alunos necessitam de um maior amparo pedagógico e de um planejamento antecipado de estratégias e metodologias que visem facilitar o aprendizado da criança com autismo.

Este artigo abordará tais estratégias e metodologias no decorrer e mostrará que é possível haver um bom resultado quando há união e boa vontade entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Isto é, quando se leva em conta as especialidades de cada aluno, independentemente de ser ter uma patologia ou não.

## **1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

A educação inclusiva no Brasil ainda está nos seus primeiros passos, e sabe-se que o apoio e o investimento dos governos são necessários. Sendo assim, espera-se que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decedentes do atendimento aos portadores de necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas. Essa adequação deve aplicar-se a qualquer outra necessidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 já assume o compromisso brasileiro com a escola inclusiva, garantindo a matrícula de todos os alunos em escolas públicas e privadas. No que se refere à Educação Especial a lei garante o direito de vaga e atendimento educacional especializado para os educandos

portadores de necessidades especiais em escolas regulares, apoio especializado para as instituições e os docentes, adequação do currículo, entre outros aspectos que favorecem o fortalecimento da implantação da educação Inclusiva. Portanto, é necessário que cada professor, em cumprimento das normas, dê apoio a cada aluno com necessidade especial. Não basta ter as leis escritas e sancionadas. Se não houver um cumprimento dessas leis na sala de aula a cada dia do ano letivo, a inclusão social será sempre uma utopia.

## **2 DEFINIÇÕES DE AUTISMO**

"AUTISMO, s. m. (med.) Estado mental patológico, em que indivíduo tende a encerrar-se em si mesmo alheando-se ao mundo exterior." (FERNANDES, 1965, p.143). Autismo deriva do grego: autos, que significa em si mesmo. A palavra autismo foi usada pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, psiquiatra infantil americano que notou em sua atuação profissional um grupo de crianças que se destacava das demais por duas características básicas: forte resistência a mudanças e incapacidade de se relacionar com pessoas, sempre voltadas para si.

O autismo é uma morbidade relativamente nova, tendo sido descrito pela primeira vez pelo Dr. Leo Kanner em um artigo intitulado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo no ano de 1943. O autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde a tenra idade e que se caracteriza sempre por: (1) dificuldades na comunicação, (2) na interação social e (3) no uso da imaginação. Essa tríade é responsável por um padrão de comportamento restrito e repetitivo, mas com condições de inteligência que podem variar do retardo mental a níveis acima da média. De acordo com estudos realizados, o autismo é mais frequente em pessoas do sexo masculino. A criança com autismo não responde de forma normal a estímulos auditivos ou visuais e tem dificuldades quanto à compreensão da linguagem falada, em casos mais graves podendo apresentar o mutismo. Essas características muitas vezes geram preconceitos que prejudicam ainda mais a criança em seu desenvolvimento como um todo.

O autismo é o causador de muitos distúrbios nas interações sociais. De acordo com Mirenda, Donnellan & Yoder (1983), tais distúrbios podem ser observados já no início da vida; o contato "olho a olho" é anormal antes mesmo de completar o primeiro ano de vida, dentre outras características. Isso prova que não é uma tarefa muito difícil

de identificar, ainda assim muitos pais têm medo de descobrir que tem uma criança diferente e não buscam auxílio por receio do diagnóstico e, muitas vezes, quando buscam, os profissionais não estão capacitados para dar um diagnóstico preciso.

Na busca pelo diagnóstico, a caminhada é longa e árdua. Cada profissional fala uma coisa e não é raro encontrar aqueles que digam que a culpa é da mãe, aumentando, ainda mais, a indecisão, a dúvida e a insegurança. E quando se tem um diagnóstico, os profissionais enfrentam o desafio de ajudarem os pais a lidarem com a situação.

### **3 PRINCIPAIS CAUSAS E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO**

As causas do autismo ainda são desconhecidas, mas há algumas teorias que tentam explicar a origem do autismo como, por exemplo, a teoria de que a origem esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e que provavelmente seja de origem genética. Santos (2008) destaca alguns das possíveis causas do autismo: rubéola materna, fenilcetonúria não tratada, encefalite, meningite, tuberoesclerose, exposição química, desbalanceamento químico durante o desenvolvimento da criança e predisposição genética.

Entretanto, já foi estudado grupo de gestantes de risco no qual nasceu crianças saudáveis e grupo de gestantes saudáveis onde ocorreu nascimento de crianças autistas. Portanto, ainda não há uma explicação plausível para as causas do autismo. Alguns sintomas dos autistas são: criança é excessivamente calma e sonolenta ou chora sem consolo durante períodos prolongados. O autista não gosta de colo e rejeita aconchego, não aprende a se comunicar com gestos comumente observados na maioria dos bebês como acenar com a mão para cumprimentar ou despedir-se. Essas crianças geralmente não mantêm contato visual ou os mantém por um tempo curto, fazem movimentos repetitivos com as mãos ou corpo. Problemas de alimentação são frequentes, podendo ser a recusa em comer ou gosto restrito a poucos alimentos. As manifestações desse transtorno variam de acordo com o nível de desenvolvimento e idade.

As crianças com autismo podem não entender as necessidades de outras crianças ou ignorá-las por completo. Há também prejuízos na comunicação, podendo ocorrer uma linguagem incompreensível ou a mera repetição no uso das palavras e ideias como repetir comerciais, repetir frases ou músicas. Pode-se observar dificuldades em compreender perguntas e orientação simples. Há um interesse por rotinas ou rituais.

Muitos especialistas incentivam de vez em quando quebrar essa rotina para eles irem se acostumando com mudanças como, por exemplo, mudar o percurso da escola ou variar o programa preferido por outro. Podem apresentar preocupação persistente por objetos ou partes do corpo.

Caracteriza também a pessoa autista alterações nos doze sentidos, sendo eles: térmico, tátil, orgânico (capacidade de sentir e defender a vida), equilíbrio, cinestésico (conjunto de movimento do corpo, como um todo), audição, linguagem, "Eu" - (somos únicos e exclusivos), pensamento, visão, paladar e olfato; de acordo ELIANA R. BORALLI (2007) psicomotricista e coordenadora da Auma - Associação dos Amigos da Criança Autista. Ainda há outras características que o autismo pode apresentar, conforme ANA MARIA TARCITANO SANTOS (2008): o autista não sente dor, ele não tem noção do eu (o eu não foi constituído), pode comer em demasia e pode ocorrer inversão da temperatura.

Através de observações baseadas nessas características o educador poderá dar o primeiro passo do diagnóstico de um aluno autista podendo assim adaptá-lo ao contexto escolar, preparando os coleguinhas para compreendê-lo e trabalhando com ele de forma personalizada para seu melhor desenvolvimento no processo de aprendizagem escolar. De fato, ainda há muito a ser descoberto pela ciência no intuito de ajudar os portadores dessa síndrome e quem sabe até achar a cura e um modo de preveni-la. Para tanto, se faz necessário um estudo profundo de cada caso para se averiguar possíveis padrões que sejam comuns a todos os portadores do autismo.

#### **4 DESAFIOS NO CONTEXTO ESCOLAR**

Assim como toda necessidade especial como surdez, cegueira, deficiência física ou mental, o autismo desse ser estudado e traçado maneiras que se possam incluir a criança autista na escola. O autismo ainda é pouco conhecido por uma vasta maioria da população brasileira, o que dificulta o diagnóstico exato para que a criança tenha um acompanhamento adequado de acordo com suas necessidades e particularidades. Uma coisa essencial a ser feita é um maior esclarecimento sobre a doença através de campanhas educativas para que primeiro a população entenda o que é o autismo e suas peculiaridades para poder haver uma maior informação e que a criança autista ao chegar a uma escola de ensino regular não seja vista pelos demais colegas como “o

louco”. Para tanto, é necessário uma ampla campanha educativa em torno não apenas dessa síndrome, mas das várias síndromes existentes no mundo para que os portadores de tais necessidades especiais possam de fato sentir-se incluídos e não apenas jogados numa escola que não atende suas necessidades e especialidades. Por causa dessa evidente carência de qualificação profissional para o diagnóstico e atendimento à criança autista, a escola falha ao recepcionar este aluno.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (SANTOS, 2008, p. 9)

O autor epigrafo afirma que a escola tem um papel importante na investigação diagnóstica por constituir o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É nesse novo ambiente que a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais. É o maior desafio para um autista.

Faz-se necessário também que haja uma capacitação bem planejada para todos os profissionais da área de educação para que eles cumpram da melhor maneira possível sua missão de ensinar a todos, respeitando as particularidades e o tempo de cada aluno, levando em conta suas deficiências. O governo precisa desenvolver políticas públicas voltadas para uma inclusão de verdade que respeite a todos sem distinção.

Infelizmente, as poucas ações que vemos hoje parte do campo particular onde cada profissional consciente de seu papel enquanto educador busca estratégias e aperfeiçoamentos que visam contemplar uma classe ainda pouco favorecida e cuidada que são todos os portadores de necessidades especiais.

Sabe-se que a escola sozinha não é capaz de produzir cidadãos autônomos, principalmente quando a criança apresenta alguma necessidade especial. Mas é na escola que se encontra o caminho para que no futuro se possa ter uma sociedade mais justa onde as diferenças sejam respeitadas e até visto de maneira positiva, partindo do princípio de que cada pessoa é um ser especial não por apresentar uma doença, distúrbio, transtorno, deficiência física ou qualquer outra coisa, mas por ser singular. Todos precisam ter seus direitos respeitados como cidadãos. É o que se espera da escola

como o elo principal nas interações humanas, lugar onde se educa e se constrói cidadãos. A escola como um todo, formada por todos que a compõem, professores, alunos, coordenação, direção, pessoal de apoio, em parceria com a família devem estar interessados na promoção da verdadeira inclusão.

Em 2003, iniciou-se a implementação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que visa o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. Esse projeto está em processo de implementação em 144 municípios-polos, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. A inclusão independente de leis ou projetos que a impõem deve caracterizar-se por ser um processo individual, onde cada pessoa tem consciência de seu papel e se esforça em fazer o seu melhor e também de maneira coletiva, pois inclui todos os agentes envolvidos no processo que podem ajudar-se mutuamente e ver estratégias que visem melhorar o ambiente escolar e que um dia ele possa está totalmente inclusivo e não apenas um lugar que tem pessoas diferentes, ignoradas e esquecidas.

Toda escola deveria ter os recursos físicos necessários para atender aos alunos que tem necessidades especiais, seja qual fosse sua especialidade. Isso seria o mínimo e o primeiro passo numa longa caminhada rumo à inclusão. Felizmente, há projetos que abordam essa questão e se está propondo transformar as escolas e classes especiais em centros especializados e salas de recursos, transformando esses em espaços para o atendimento educacional especializado, isso junto com práticas educacionais inclusivas.

Pensando-se especificamente no autismo, muitas estratégias e metodologias foram e estão sendo criadas no intuito de ajudar da melhor forma possível as crianças com essa síndrome. Por exemplo, de acordo com as primeiras descrições feitas sobre o autismo, dizia-se que a rotina, a solidão e o isolamento da criança autista constituíam um desejo da criança e que interferência nessas crianças era algo sofrido ou penoso. A partir de então, criou-se a tendência de não interferir nesse “desejo” para protegê-la e evitar o sofrimento delas. Em contrapartida, foi reforçado o isolamento dessas crianças tanto na escola como em casa. As intervenções educacionais eram realizadas em ambientes artificiais controlados para causar o mínimo de sofrimento a elas.

Ana Maria Tarcitano dos Santos (2008) alerta que o autista pode apresentar uma reação violenta ao ser submetido ao excesso de pressão, no entanto se o programa de aprendizagem está sendo positivo ou se há necessidade de realizar alguma mudança.

É utilizado no Brasil um método de ensino com o objetivo de atender as necessidades do autista utilizando as melhores abordagens e métodos disponíveis, é o método TEACCH. O método de ensino TEACCH foi desenvolvido no início de 1970 pelo Dr. Eric Schopler e colaboradores, na Universidade da Carolina do Norte. Esse programa tem sido amplamente incorporado nos contextos educativos norte-americanos, e tem contribuído significativamente para uma base concreta de intervenções do autismo. Esse programa estruturado combina diferentes materiais visuais para organizar o ambiente físico através de rotinas e sistemas de trabalho, de forma a tornar o ambiente mais compreensível, esse método visa à independência e o aprendizado.

A abordagem do TEACCH é chamada de estrutura de ensino porque tem como base a evidência e a observação de que indivíduos com autismo compartilham um padrão de comportamentos, como as formas que os indivíduos pensam, comem, se vestem, compreendem seu mundo e se comunicam. Os mecanismos essenciais da estrutura de ensino consistem na organização do ambiente e atividades de maneiras que possam ser compreendidas pelos indivíduos; no uso dos pontos fortes dos indivíduos em habilidades visuais e interesse em detalhes visuais para suprir habilidades relativamente mais fracas; no uso dos interesses especiais dos indivíduos para engajá-los no aprendizado; e apoio ao uso de iniciativa própria em comunicação significativa. Sendo assim, esse método de ensino é um grande aliado do educador que busca eficiência e eficácia no processo de aprendizagem de seu aluno autista, pois trabalha com o autista e toda a sociedade que o envolve.

Faz necessário que o educador tenha demasiada paciência e compreensão para com o aluno autista para que ele consiga aprender, pois ela pode apresentar um olhar distante e não atender ao chamado e até mesmo demorar muito para aprender determinada lição. Mas nada disso acontece porque a criança é desinteressada e sim porque o autismo compromete e retarda o processo de aprendizagem, ela precisa de muito elogio, motivação e carinho para desenvolver sua inteligência. Estudos posteriores mostraram que o autismo era na verdade um transtorno do desenvolvimento e que a criança com autismo precisava ser estimulada a sair de seu casulo e interagir com o meio social, ao invés de se deixar tal criança à margem com a ideia equivocada de que interferências externas seriam prejudiciais.

Essa nova compreensão do autismo e de tantos outros transtornos contribuiu para o desenvolvimento de abordagens clínicas e também educacionais que visavam ajudar essas crianças bem como as famílias a lidarem melhor com o problema.

## **5 SUPERANDO OS DESAFIOS NA APRENDIZAGEM**

No que diz respeito à escola, a comunicação deve ser usada através de situações reais para dar sentido real ao uso da linguagem tanto para crianças com autismo como outros transtornos. Também se podem utilizar recursos visuais para que o aluno possa associar as imagens com sua rotina escolar para que por meio desta possa-se explicar o que se espera deles.

Ao utilizar recursos visuais não se deve esquecer-se de falar e explicar oralmente o que se espera deles mesmo que aparentemente ele não entenda ou reaja às suas instruções. Outro recurso que pode ser adotado é a música, entretanto ele deve estar de acordo com a situação como por exemplo, quando é hora do lanche, ao trabalhar higiene, dentre outras atividades para que o autista relacione a música a atividade em questão. Mesmo que autistas apresentem um desenvolvimento em certas áreas do conhecimento, eles sempre terão dificuldades em outras tais como interação social, por isso é necessário continuar envolvendo tais alunos para que eles possam continuar progredindo e não venham a ter um regresso em seu desenvolvimento.

Muito se tem feito na tentativa de encontrar caminhos que facilitem o aprendizado da criança com autismo e as tecnologias não poderiam ficar de fora, pensando nisso, no mercado da informática há muitos aplicativos e programas de computador voltados para auxiliar a alfabetização e a comunicação dessas crianças. São jogos, atividades e exercícios no formato digital que são muito bem aceitos por essas crianças. O ABC autismo é um exemplo de aplicativo que contém atividades pedagógicas que ajudam por meio de atividades lúdicas e coloridas. Esse aplicativo é baseado no método TEACCH. Além desse existe vários outros aplicativos com essa mesma finalidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar através da pesquisa bibliográfica apresentada neste artigo, que apesar de o autismo apresentar um empecilho para o relacionamento social e para processo de aprendizagem é possível que o autista se torne uma pessoa que sabe conviver em sociedade e evoluir como qualquer outro que é dito "normal" ou muito mais quando se descobre sua potencialidade.

O autismo como tema toca nas mais profundas questões de ontologia, pois envolve um desvio radical no desenvolvimento do cérebro e da mente. Nossa compreensão está avançando, mas de uma maneira provocadoramente vagarosa. O entendimento final do autismo pode exigir tanto avanços técnicos como conceituais para além de tudo com o que hoje podemos sonhar (SACHS, 1995, p. 32).

Para que haja tal entendimento a respeito do autista é preciso que sua anormalidade seja identificada e diagnosticada para que este seja acolhido, aceito e compreendido pelos seus grupos sociais. Quanto à identificação da anormalidade que em muitos casos não é iniciada pela família, como já descrito no, fica a cargo da escola e em especial de seu educador.

Vale ressaltar que é de suma importância a divulgação de trabalhos como este, abordando conceitos e característica do autismo, uma vez que é indispensável que não somente o educador, mas toda a sociedade tome conhecimento sobre esta anomalia; possibilitando então um melhor acolhimento e compreensão para com o autista. Fica como sugestão que para dar continuidade ao estudo façam-se pesquisas sobre atividades pedagógicas que promovam a aprendizagem do aluno autista. Não queremos mudar o aluno autista, mas mudar o nosso fazer pedagógico para melhor servi-lo.

Crianças com autismo podem ter problemas ao usar e entender a comunicação não verbal. Isso inclui o uso de gestos, expressões faciais e linguagem corporal. Esta preocupação estimula em alguns casos o profissional a procurar auxílio juntamente com a família e/ou com o profissional de Atendimento Educacional Especializado.

Os professores se angustiam por não ter uma espécie de "manual" que lhes indiquem a maneira correta e fundamental para o exercício da prática pedagógica levando o aluno autista a desenvolver suas habilidades de forma positiva ao aprendizado.

Neste trabalho destaca-se a necessidade de compreender a importância de se trabalhar com a criança autista através de amor e paciência sempre em busca de conhecer suas especificidades e estimular suas habilidades compreendendo e valorizando o autista como um ser humano com inúmeras sensações e que essas devem ser conhecidas, respeitadas e estimuladas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSQUIATRIA. Manual de diagnóstico e estatística de transtornos mentais (dsm -IV). 4 ed.. São Paulo: Manole, 1994.

Brentani et al. Autism spectrum disorders: an overview on diagnosis and treatment. Rev. Bras. Psiquiatr. [online]. 2013, vol.35, suppl.1, pp. S62-S72. ISSN 1516-4446).

BELO HORIZONTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A inclusão escolar de estudantes com autismo na rede municipal de educação de Belo Horizonte: síntese da frente de trabalho autismo e síndromes. Belo horizonte: SEDUC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares. Estratégias para Educação de alunos com necessidades educacionais. Brasília: MEC / SEF, 1990.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Org.) Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades... tradução: Fátima Murad. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 234- 254.

MERCADANTE, M. T.; GAAG, R. J. V.; SCHWARTZMAN, J. S. Transtornos invasivos do desenvolvimento não-autísticos: síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação. São Paulo, 2007.

MIRENDA, P., Donnellan, A. M., Yoder, D. E. (1983) Gaze behavior: A new look at an old problem. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 13, 297-309.

PEDRINELLI, V.J. Possibilidades na diferença: o processo de “inclusão” de todos nós. *Integração*, Brasília, v.4, p. 31-34, 2002. Edição Especial.

ROTTA, N. T. et.al. Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RAMIRES. V. R. R. Cognição social e teoria do apego: possíveis articulações. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2003.

SACKS, Oliver. Um antropólogo em Marte. São Paulo: Ciadas Letras, 1995.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

TOLIPAN, Sergio. Autismo: orientação para os pais. Casa do Autista - Brasília: Ministério da Saúde, 2000.